

produtividade, os efeitos da presença de cientistas sociais entre o pessoal dirigente dessas agências, a competição entre as Ciências Sociais e os cientistas sociais e as demais áreas de produção científica e seus respectivos quadros profissionais.

O NASCIMENTO DOS MUSEUS BRASILEIROS 1870-1910

Lília K. M. Schwarcz

Antes de se iniciar a análise de instituições específicas – como o foram os museus no Brasil em fins do século XIX – faz-se necessário esclarecer alguns aspectos do texto.

No período a que se refere – basicamente os anos que vão de 1870 a 1930 – os museus etnográficos nacionais conheceram três momentos distintos (nascimento, apogeu institucional e decadência), que conformam como que trajetórias comuns a estabelecimentos locais: o *Museu Paulista* (M.P.), o *Museu Nacional* (M.N.) e o *Museu Paraense de História Natural* (futuro *Museu Paraense E. Goeldi* – M.P.G.).

Nesse sentido, as análises, pautadas sobretudo nas revistas e publicações desses museus, deram relevo não só às trajetórias específicas de cada instituição, mas também ao contexto mais amplo, onde se inseriu esse tipo de prática e organização.

Por fim, cumpre informar que a citação dos diversos documentos selecionados manteve a grafia da época. As palavras em maiúscula indicam os destaques efetuados pelo próprio autor; as palavras ou expressões grifadas marcam as nossas ressalvas.

A “ERA DOS MUSEUS”

*Nosso projeto é de um museu enciclopédico que
reúna mostras de todo conhecimento humano.*

H. VON IHERING, 1895

A formação e a instauração de museus no Brasil devem ser situadas no interior de um movimento maior, ao qual Sturtevant (1985) deu o nome de “A era dos museus”. A partir de fins do século XIX (e até meados da década de 1920), inicia-se o período de apogeu de um tipo de instituição que passará a cumprir papel cada vez mais relevante enquanto local de ensino e produção científica. E é dessa perspectiva que se analisará a instalação de museus no Brasil.

Os museus devem seu nome aos antigos templos das musas. No entanto, o perfil das instituições se prende a outro contexto e delimitação.

Segundo Le Goff (1984, pp. 37-9), os museus contemporâneos estariam ligados ao progresso da memória escrita e figurada da Renascença e à lógica de uma nova “civilização da inscrição”, sendo possível datar o século XIX como o da “explosão do espírito comemorativo”, como o momento de uma nova sedução da memória.

A partir do momento em que o próprio movimento científico passa a se orientar no sentido de recuperar a memória coletiva das nações, os monumentos de lembrança se aceleram. Na França, a Revolução cria os Arquivos Nacionais (7 de setembro de 1790) e, a 25 de julho de 1974, declara o seu caráter público e disponível à memória nacional. Movimento semelhante ocorre em outras nações, onde são criados depósitos centrais de arquivos. Os exemplos são muitos: Turim, São Petersburgo, Veneza, Florença. Até mesmo o Vaticano, em 1881, abre seus arquivos secretos, por determinação do papa Leão XIII (Le Goff, 1984, pp. 33-9).

O fenômeno ensejou ainda o nascimento de diversos museus, surgidos neste momento com um caráter explicitamente comemorativo. As primeiras tímidas tentativas de exposição são substi-

tuídas, aos poucos, pela instalação de grandes coleções em edifícios especiais: o Louvre (1773) e o Museu do Prado (1783) são apenas alguns exemplos do início da era de museus públicos e nacionais.

Essas instituições do século XVIII, mais conhecidas como *Cabinet de Curiosité*, eram formadas como o termo parece indicar, mais para expor objetos à admiração pública do olhar – cujo critério era antes e sobretudo estético – do que formulados e pensados enquanto espaços para o ensino e o “rigor da ciência”.

Exemplar nesse sentido é o *Museu do Louvre*, fundado durante a Revolução Francesa, para guardar os tesouros confiscados da Coroa (e ampliado por Napoleão com os bens que advieram com as conquistas). O Louvre foi o depositário privilegiado de uma estratégia que visava retirar “a arte francesa” da exclusiva propriedade da realeza e da aristocracia e expô-la ao interesse e admiração públicos. Outras revoluções européias fizeram o mesmo, buscando “democratizar” o acesso a tesouros culturais até então inacessíveis. Assim a opressão real transformava-se em “Tesouro Nacional” – a mais preciosa posse dos povos – muitas vezes dando mostras de que (como inúmeros exemplos de objetos coloniais parecem indicar) o patrimônio de um representava a herança, em exílio, de outros (Stocking Jr., 1985, p. 193).¹

Desde meados do século XIX, porém, o movimento tende a se acelerar. Na França, Luiz Felipe funda em 1833 o *Museu de Versailles*; o *Museu de Cluny* e o *Museu de Saint-Germain* foram criados por Napoleão II em 1862. Na Alemanha, se constituem o *Museu de Antiguidades Nacionais de Berlim* em 1830 e o *Museu Germani de Nuremberg*, em 1852. Na Itália, a Casa de Savóia, ao mesmo tempo em que empreende a centralização, ergue, em 1859, o *Museu Nacional de Bargello*, em Florença. Nos países escandinavos abrem-se museus de cultura popular, como o da Dinamarca, em 1807; o de Bergen, na Noruega, em 1828; o de Helsinque, na Finlândia, em 1849; e o *Skanser*, em Estocolmo, em 1891.

1. É necessário esclarecer que parte dos bens retirados por Napoleão foram, após Waterloo, devolvidos. Pode-se, ainda, questionar a noção de “patrimônio nacional” que este tipo de museu parece sugerir; no entanto, esse debate nos levaria a questões muito afastadas dos objetivos aqui perseguidos.

Os exemplos poderiam continuar, mas marcam em seu conjunto o momento específico de uma história comemorativa, onde a "memória das nações", representada e disposta nos museus, parece constituir-se em elemento essencial ao que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva das nações.²

No entanto, em fins do século esses estabelecimentos, até então denominados genericamente "museus", ganham especificidade e subdivisões internas. Somente a partir desse momento, segundo Elizabeth Williams (Stocking Jr., 1985, pp. 4 e 174), as mostras passaram a refletir uma clara e nova racionalidade: os museus de história natural apresentariam exposições instrutivas, ao passo que os de arte exporiam *things of beauty*, objetos para admiração estética. A museologia do século XIX trazia, portanto, um legado que de certa forma permanece até nossos dias: a separação entre beleza e instrução, entre exposições estéticas e funcionais.

A despeito das características particulares dos estabelecimentos destacados, pode-se afirmar que, apesar de os objetos expostos serem ou poderem ser antigos, os museus de história natural têm uma história recente. Surgiram nos últimos anos do século XIX, num momento em que, segundo P. Nora, os museus conquistaram maior relevo e um novo *modus operandi*, enquanto espaços onde a nação se faz ao mesmo tempo "sujeito" e "objeto" da reflexão (Enciclopédia Einaudi, 1984, p. 38).

Um local distinto para as exposições etnográficas começaria a ser tema de debates e redefinições. Alguns etnógrafos argu-

2. Nesse novo tipo de instituição, o denominador comum a caracterizá-la era distintivamente e antes de tudo material. Os objetos de coleção definem-se, no entanto, por estarem fora do circuito de atividade econômica, privados tanto de utilidade (ao menos na origem) quanto do valor de uso, cujo valor de troca se traduz na existência de um mercado em que são comprados e vendidos. Esse valor de troca depende, por sua vez, dos diversos significados atribuídos aos objetos de exposição. Suporte da memória coletiva e das fontes da história dos homens, são objetos semióforos, cujo valor será dado pelos significados a ele acoplados e investidos. Cumpre destacar ainda que, no caso dos museus, é o significado que funda o valor de troca das peças de coleção. São semióforos mantidos fora do circuito das atividades econômicas porque é apenas desse modo que se pode revelar plenamente o seu significado (Enciclopédia Einaudi, 1984, p. 86).

mentavam, por exemplo, que seus materiais não tinham nada de belo, servindo apenas para iluminar e instruir. Williams (in Stocking Jr., 1985, p. 156) conta que, em 1880, peças americanas foram transferidas do *Louvre* (da seção de *American Antiquities*) para a Biblioteca Nacional, seguindo depois para o *Museu Guimet*, para o *Museu da Marinha* e finalmente, em 1878, para o *Trocadero* (reformulado, em 1930, com o nome de *Musée de L'Homme*).

Portanto, a virada do século viu constituírem-se claramente instituições diferenciadas classificáveis em duas categorias: os museus que lidariam com "artefatos culturais científicos" e os que guardariam "trabalhos de arte estética".³

Os museus etnográficos tomam forma e função nesse momento, organizando-se enquanto instituições consagradas à coleção, preservação, exibição, estudo e interpretação de objetos materiais. Como "museus etnológicos", eles se transformarão nos arquivos do que os antropólogos chamavam de cultura material: os objetos "dos outros", a vida humana, cuja similaridade ou diferença é constantemente coletada, classificada, comparada e observada (Stocking Jr., 1985, p. 4).

A curiosidade renascentista, que marcou os anos de descobrimento e exploração, e outras "excentricidades" do nosso mundo e do Oriente encontravam agora lugar nesses museus, que se firmavam enquanto "lares institucionais" de uma antropologia nascente.

O primeiro grande estabelecimento desse tipo de caráter ainda não estritamente antropológico foi o *British Museum*, fundado em 1753. Com um acervo bastante ampliado pelas expedições do Capitão Cook, organizava-se, basicamente, em três departamentos: Livros Impressos, Mapas, Globos e Desenhos (*Printed Books, Maps, Globes and Drawings*); Manuscritos, Medalhas e

3. A esse respeito, diz-nos J. Clifford (in Stocking Jr., 1985, p. 242): "(...) em um museu etnográfico, uma escultura, por exemplo, é colocada junto a objetos com função similar ou no domínio de um grupo étnico, sendo os nomes dos esculptores desconhecidos ou suprimidos. Já nos museus de arte, a escultura se remeterá diretamente a uma criação individual. Enquanto no museu etnográfico o objetivo é cultural ou humanamente interessante, no de arte ele é, antes de tudo, belo e original".

Moedas (*Manuscripts, Medals and Coins*); e Produções Naturais e Artificiais (*Natural and Artificial Productions*).

No entanto, vale reforçar que o movimento realmente se amplia a partir do século XIX, com a fundação de uma série de museus e sociedades antropológicas (em 1816, por exemplo, com o *National Museum*, na Dinamarca; em 1836, com o *Museum Ethnográfico da Academia de Ciências de S. Petersburgo*; em 1837, com o *National Museum of Ethnology*, em Leiden; em 1866, com o *Peabody Museum of Archaeology and Ethnology*), além de várias sociedades etnológicas criadas em Paris (1839), Nova York (1842) e Londres (1843).

Internacionalmente, a fundação de museus se estenderá pelo resto do século XIX, seguindo modelos diversos: alguns se basearão nos padrões do *Peabody*, focalizando preferencialmente a pré-história, a arqueologia e a etnologia; outros, principalmente os da Europa Continental, se constituirão em museus de cultura nacional e popular (Stocking Jr., 1985, p. 8).

Esses museus demorarão não obstante a alcançar maturidade enquanto “instituições antropológicas”, dotadas de perspectiva mais claramente profissional. Nesse sentido, o período de apogeu se segue a 1890, quando se estabelecerão normas e características rígidas de funcionamento e se redefinirão perspectivas de promoção de empregos e pesquisas.

Aos poucos, os museus transformam-se em “depósitos ordenados” de uma cultura material fetichizada e submetida à lógica evolutiva. Comparar, classificar e concluir se tornam então as metas de cientistas que, verdadeiros “filósofos viajantes”⁴ financiados por museus ou outras instituições européias, dirigem-se às terras distantes e exóticas como o Brasil, em busca de coleções que representem variedades da flora, da fauna e da espécie humana – materiais considerados básicos para os estudos antropológicos.

As verbas para esses estudos eram sem dúvida difíceis, já que a disciplina não oferecia, em primeira instância, fins utilitá-

rios.⁵ Mas, a despeito da maior ou menor política de financiamento (esse foi um problema comum a quase todos os estabelecimentos dessa natureza), em finais do século XIX e inícios do XX, os museus destacavam-se enquanto instituições privilegiadas graças aos avanços da ciência da época e como “resposta” às inúmeras inquietações e indagações que mobilizavam parte da “intelectualidade científica” européia.

Portanto, se os museus são uma criação da época da ilustração, os estabelecimentos mais propriamente etnográficos remontam a um período de refluxo do imperialismo. É o momento mesmo da perda das colônias que favorece a reposição dos objetos e a “recriação” desses museus, que acabam por expor e fetichizar todo o mundo extra-europeu.

Resta agora pensar na adequação e instalação de museus no Brasil, nação que se não participa do movimento de expansão, representa em si exemplo da própria expansão. Aqui, se bem que contemporâneos, eles cumprirão papéis diversos: sendo cópias do modelo europeu original, de um lado estabelecerão uma prática antes de tudo isolada, no sentido de dialogar exclusivamente com os centros europeus e americanos. De outro, através da Antropologia, ao adotar um paradigma racista e evolutivo, acabarão por inserir-se de forma específica no debate pessimista e contraditório que aqui se instalava acerca das perspectivas dessa “jovem nação”.

A ERA DOS MUSEUS NO BRASIL: 1870-1930

A geração dos anos 70: um bando de idéias novas. SILVIO RÔMERO
Um período de ebulição intelectual. FERNANDO DE AZEVEDO

Mesmo antes da instalação de museus científicos, a “nação dos Botocudos”, “o país da grande flora”, fora palco de in-

4. Expressão utilizada por Stocking Jr. (1971), refere-se ao fenômeno de viajantes naturalistas americanos e sobretudo europeus que, em finais do século rumavam a países distantes a fim de obter coleções relevantes que confirmassem teorias locais anteriormente formuladas.

5. Seria longa a discussão sobre a correlação entre antropologia e imperialismo. Sem querer negar as claras ligações e envoltimentos que a disciplina teve em seus momentos de surgimento com as práticas colonialistas, reafirma-se apenas o pequeno interesse dos governos pelo caráter pragmático desses estudos. Nesse sentido, ver Kupez, 1978, pp. 121-146.

meras excursões, viagens e pesquisas de naturalistas estrangeiros. Italianos, espanhóis e antes de tudo franceses e alemães por aqui estiveram, principalmente desde inícios do século XIX, em busca da solução de várias questões e da constituição de inúmeras coleções. A palavra de ordem, como nos diz Egon Schaden, era “salvar” o que mais se pudesse, reunindo coleções bastante complexas, tanto de botânica ou zoologia (disciplinas privilegiadas), como de arqueologia, antropologia e etnologia no que se refere à coleta de objetos de cultura material (Azevedo, F., s.d., p. 367).

Para esses naturalistas, a grande preocupação centrava-se na classificação correta dos objetos e não na questão da preservação do conjunto de peças, uma vez que a idéia imperante era que essas culturas se extinguiriam até por um princípio de seleção, estando os “vestígios”, segundo a visão desses cientistas, mais bem preservados em museus metropolitanos.⁶

No Brasil, até meados do século XIX, toda *ciencia* era feita por viajantes estrangeiros, vindos exclusivamente para coletar. Segundo Fernando Azevedo, da parte do governo e das instituições nacionais, não havia interesse científico nem recursos necessários para o financiamento de expedições caras e penosas. Estava-se, nas palavras desse autor, “em um período de improvisação e dilettantismo” (Azevedo, F., s.d., p. 37).

No entanto, a partir da década de 1870, esse panorama intelectual nacional tende a alterar-se. “Um bando de idéias novas”, diz-nos Sílvia Romero – referindo-se às teorias filosóficas e políticas que começam a circular no Brasil – altera costumes, padrões e visões e introduz uma perspectiva pessimista na análise da situação nacional. Paradigmas de pensamento, tais como o evolucionismo, o positivismo e o naturalismo, começam a penetrar a partir dos anos 70, tendo como horizonte de referência o debate romântico sobre os fundamentos de “uma cultura nacional” em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial (Ventura, 1988).

6. A noção e a discussão sobre a descontextualização arbitrária dos objetos só seria levada adiante na década de 30 (Comissão de Fiscalização de 1933), quando se proíbe a exposição de coleções científicas; recentemente (1970), esse tema foi objeto de debates na Unesco.

Por outro lado, mas com esse mesmo tom, Fernando de Azevedo inicia o capítulo sobre as ciências no Brasil, nos últimos anos do século XIX: “Em um período em que as ciências matemáticas tomam novo impulso com *Oto Alencar*, entra em atividade o *Museu Paraense* fundado por *Emílio Goeldi*, em 1885. *Hermann von Ihering* é chamado a dirigir o *Museu Paulista* em 1893, que lhe dá alto cunho científico; *Barbosa Rodrigues* reorganiza o *Jardim Botânico* e *Nina Rodrigues* empreende na Bahia pela primeira vez um estudo rigorosamente científico de parte considerável de nossa população, constituída pelo elemento afro-americano. Além do *Museu Nacional* que passa por grandes transformações sob a impulsão de *Batista Lacerda* (1895-1915)” (Azevedo, F., s.d., p. 166).⁷

De maneira absolutamente concisa, o autor resumia o grande movimento intelectual que se desenvolveu no final do século XIX. Tendo como base a teoria da evolução, em suas diferentes vertentes e desdobramentos, e os modelos retirados da História Natural, vários centros se somaram no Brasil reelaborando as teorias européias em termos do contexto específico e pensando sua aplicação local.

Além dos já destacados por Fernando de Azevedo, outros autores e instituições poderiam ser acrescentados. As faculdades de direito de São Paulo e Recife – centros intelectuais da época, por excelência, aplicavam as teorias da evolução a partir de interpretações diversas: enquanto em São Paulo se consumiam e se aplicavam as máximas do positivismo de Comte, em Recife (e no Nordeste como um todo) predominava o monismo evolucionista de Haeckel e Spencer (Neto, 1969; Haeckel, 1908). No campo da Medicina, o Instituto Manguinhos, liderado por Oswaldo Cruz, tornava-se aos poucos importante centro de pesquisas, principalmente no que se refere ao problema da febre amarela e da sanitização da cidade (Stepan, 1981). Resta destacar a atuação dos institutos históricos, que, congregando a elite pensante nos seus

7. É necessário destacar que o autor comete um pequeno erro de datas, já que o *M. P. G.* só foi reinaugurado, com a presença de E. Goeldi, em 1893.

diferentes estados, pareciam cumprir relevante papel no debate e divulgação de autores e idéias da época.⁸

Participam de maneira significativa desse vivo processo os três museus analisados a seguir. No entanto, além de tomarem parte de um movimento propriamente local, esses estabelecimentos trazem consigo questões, formas e especificidades que se remetem à lógica própria desse tipo *sui generis* de instituição.

Primeiramente, o Brasil parecia ser o local privilegiado para a obtenção de coleções e matéria-prima necessária aos modernos museus europeus. Portanto, antes mesmo de iniciar-se aqui a reflexão e a instalação concomitante de instituições próprias, já éramos palco de inúmeras representações, coleções e expedições.⁹

Quando finalmente são montados, os estabelecimentos locais se constituem em espécies de *home lands* para viajantes financiados por instituições estrangeiras, e principalmente para a Antropologia que se iniciava enquanto disciplina no Brasil. No dizer de Schwartzman (1979, p. 59), os museus se transformaram, no decorrer do século, "em centros de ciência", para onde convergiram diversos naturalistas europeus. Os exemplos são inúmeros: de Riedell a Sillow ou F. Muller, ou mesmo H. von Ihering, ou Goeldi, os quais num primeiro momento assumem cargos como naturalistas viajantes do M.N.¹⁰

Os anos 90 da "era nacional dos museus" coincidem, por sua vez, com o período demarcado por Stocking Jr. para as institui-

ções internacionais. É relevante notar que se por um lado os períodos de fundação formal dos museus no Brasil variam (*Museu Nacional*, em 1818; *Museu Goeldi*, em 1866; e *Museu Paulista*, em 1894), os momentos de gênese e de apogeu no panorama nacional coincidem absolutamente.

Além disso, as datas de entrada e atuação dos "pais fundadores" – ou melhor, dos diretores e cientistas que realmente imprimiram um papel e um campo aos museus – são em si muito reveladoras. Vejamos: João Batista Lacerda (1825-1915); Hermann von Ihering (1894-1916); e Emílio Goeldi (1893 e 1907).

A coincidência, no entanto, não está só nas datas mas principalmente nos modelos e formulações que marcam a especificidade das instituições, em sua perspectiva enciclopédica, evolutiva, comparativa e classificatória.

Em sua nova fase os museus demarcam regras, distinguem coleções e destacam o profissionalismo. Nesse sentido, será interessante retomar o projeto personalista que cada museu desenvolveu na figura de seus diretores gerais. A análise específica oferece as relações de similaridade no que se refere ao momento de formação, mas mantém os vínculos e as formas de organização que os distinguem enquanto espaços específicos de ciência.

O MUSEU NACIONAL OU MUSEU REAL

Cada século tem a sua missão a cumprir como cada indivíduo o seu papel a representar no teatro da vida ou na comunhão social, a do século actual é universalizar a ciência e confraternizar os povos.

J. BATISTA LACERDA (DIRETOR DO MUSEU NACIONAL), 1876

Segundo Azevedo (s.d., p. 140), o "desenvolvimento científico, no Brasil, começa a processar-se somente no século XIX, quase adstrito ao mundo das ciências naturais e com extrema lentidão". Com efeito, até a segunda metade do século, a educação institucional estava muito aquém, por exemplo, da existente na América espanhola. Com a instalação da corte portuguesa no Brasil,

8. Temos certeza de que cada centro ou tema destacado mereceria, por si, reflexões e pesquisas mais detalhadas. Essa perspectiva se apresenta aos nossos objetivos futuros, mas não cabe no interior da análise que no momento nos propomos a desenvolver.

9. Muitos teóricos vinham ao Brasil armados de modelos prontos, à espera de comprovações empíricas. Para esses "filósofos viajantes", o Brasil representou também (e sem negar o destaque e a relevância dados ao estudo da flora e (fauna) um "laboratório de raças mistas e degeneradas". Ver, nesse sentido, entre outros: Stocking Jr., 1971.

10. É importante destacar que a Antropologia possuía, na época, contornos bem específicos. Entendia no interior desses museus como um ramo de Ciências Naturais, separava-se da Etnografia por sua perspectiva teórica. Os estudos em antropologia dedicavam-se, sobretudo, à análise e medição de crânios (craniometria), material considerado privilegiado para a análise dos povos e suas contribuições.

inicia-se propriamente a história de uma cultura produzida no local já que começam a se estabelecer, pela primeira vez no país, instituições de cunho científico.

D. João VI, disposto a transformar a colônia em uma espécie de sede da monarquia, busca alterar-lhe a imagem, entre outras medidas, com a instalação das primeiras instituições de caráter cultural. Data desse período a criação da Imprensa Régia, da Biblioteca, do Real Horto, das primeiras escolas superiores destinadas à formação de cirurgiões e engenheiros e do *Museu Real*, criado por decreto de 6 de julho de 1808, com o objetivo de estimular os estudos de botânica e zoologia.

Em seu conjunto, esses estabelecimentos guardam clara função pragmática. O M.N., já em seu decreto de criação, contava com a seguinte especificação: "querendo propagar os conhecimentos e os estudos de ciências naturais do Reino do Brasil... e que podem ser empregados em benefício do comércio, das indústrias e das artes" (Lacerda, 1914).

Instalado no prédio hoje ocupado pelo Arquivo Nacional, o museu contava com material oferecido pelo próprio D. João VI, que se constituía em peças de arte, coleções de quadros, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais.

Durante a primeira metade do século, o museu recebia outras coleções (sobretudo mineralógicas, zoológicas e botânicas). Apesar de toda a imagem de brilho que parecia comportar, padecia de um mal semelhante ao das outras instituições criadas por D. João; considerados "efeitos de civilização", ou estabelecimentos sem raízes profundas, os museus conservavam-se longe dos "padrões científicos" das instituições européias. O MN parecia cumprir, naquele momento, papel antes de tudo comemorativo: espécie de depositário de coleções e curiosidades, expostas sem qualquer classificação ou delimitação científica.

Em seus primeiros momentos, o desenvolvimento da instituição carioca foi lento, pois, segundo Lacerda, não contava com dois elementos fundamentais: as conquistas que viabilizaram os museus europeus e recursos financeiros. Por outro lado, a intenção de expor coleções também demorou a ser alcançada, pois

só em 1821 a instituição é aberta ao público e mesmo assim com reservas.

Pelo museu passaram vários diretores: João da Silva Caldeira, Frei Custódio Alves Serrão (1828-1847), Frei Alemão (1866-1874). No entanto, só a partir das administrações de Ladislau Netto (1874-1893) e Batista Lacerda (1895-1915), tomará moldes similares aos dos grandes exemplos europeus. Em 1876, o museu é organizado e são criados os *Archivos do Museu Nacional*, revista de publicação trimestral que daria à instituição carioca um novo estatuto ante os demais estabelecimentos que tinham nas revistas, ao que tudo indica, um grande índice de estabilidade e mesmo a forma privilegiada de permuta.¹¹

Embora criado em 1818, o período de apogeu do *Museu Nacional*, no que se refere à maior produção, se dá a partir dos anos 70, quando não só passa a circular a nova revista como se montam cursos e se empreendem pesquisas.

OS ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL

Material privilegiado para se entender as características e configurações internas do M.N. a partir desse período, a revista do museu foi pensada enquanto "símbolo" de cientificidade, contribuindo para a divulgação do museu aqui e no exterior.

O primeiro número dos *Archivos*, datado de 1876, lista os membros correspondentes do Museu Nacional, pretendendo com isso destacar o pertencimento à comunidade intelectual internacional mais do que indicar autores e colaboradores efetivos.

É interessante notar alguns aspectos dessa relação de nomes. Primeiramente, os regulamentos do museu especificam que "incluir o nome na lista de correspondente é sinal de distinção".

11. Os planos de Custódio Serrão de fazer da instituição um centro de ensino de estudos técnicos só começam a dar resultados a partir da reforma empreendida, em 1876, por Ladislau Netto. A reforma pretendia dar ao M.N. a mesma "forma e molde dos mais acreditados museus do mundo". Vide nesse sentido, Lacerda, 1914, p. 8 e Schwartzman, 1979, p. 59. Ainda como sinal de reformulação, pode-se citar a mudança de sede em 1892, quando o museu se instala mais confortavelmente na Quinta da Boa Vista, antigo palácio imperial.

Nesse sentido, chama a atenção o fato de que das 44 personalidades citadas apenas três são brasileiras (Visconde de Bom Retiro, Thomas Coelho de Almeida, D. S. Ferreira Penna). Por outro lado, entre os outros 41 nomes (todos mencionados em função dos serviços "prestados às sciencias") constam figuras de renome internacional, entre elas: Paul Broca (famoso craniologista francês), Charles Darwin, Quatrefages (teórico francês difusor de teorias do monogenismo), e L. R. Turlaine, entre outros.

Por fim, é importante também destacar que a revista rende em sua página de abertura homenagem a naturalistas estrangeiros, revelando uma característica bastante comum nas publicações desses museus, qual seja, a do debate e contato privilegiado antes de tudo com o exterior.

A página seguinte é ocupada com os nomes dos três membros da comissão de redação. São eles: Ladislau Netto (diretor geral do museu e chefe da segunda seção de botânica geral), J. J. Pizarro (secretário do museu e diretor da primeira seção de antropologia e zoologia geral e aplicada) e J. Batista de Lacerda Filho (nesta época, subdiretor da primeira seção, mas que contará com uma ascensão vertiginosa na hierarquia interna do museu, tornando-se diretor geral em 1895).

Seguem o quadro do pessoal do museu e o decreto de 1876 dispondo sobre a reorganização do museu, conforme orientação de Thomaz José Coelho de Almeida, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A divisão interna em três seções destaca-se no quadro geral do estabelecimento: "1) Antropologia, zoologia geral e aplicada e paleontologia animal; 2) Botânica geral e aplicada, paleontologia vegetal; 3) Sciencias Phisicas: mineralogia, geologia, paleontologia geral".

A análise desses quadros induz ainda a duas outras considerações: o pequeno espaço dedicado à Antropologia (característica, como se verá, também presente na composição da revista), em contrapartida ao predomínio absoluto das chamadas *sciencias naturais* (zoologia, botânica e geologia); e o grande número de cientistas nacionais que participam das diferentes seções, em funções variadas.

Seguem-se às duas páginas de abertura os "Regulamentos do Museu". Em três páginas densamente ocupadas, regras sobre administração, organização, cursos, publicações, folhas de pagamento etc., fornecem-nos bons índices para que se possa entender o funcionamento interno da instituição. O artigo 1º, por exemplo, faz uma sùmula dos fins a que se propõe o museu: "O M.N. é destinado ao estudo de *história natural* particularmente do Brasil e ao ensino das sciencias phisicas e naturaes sobretudo em suas applicações a agricultura, indústria e arte". Esse primeiro texto fornece dois dados relevantes. A saber, a definição do museu como instituição vinculada às Ciências Naturais e à preocupação em ocupar uma posição de "agência" no interior do Ministério da Agricultura Imperial, indicando certa atenção para com o caráter aplicado que se destinava ao M.N., ao menos nos planos políticos da época.¹²

Outros aspectos são dignos de nota. O museu descreve com orgulho seus novos "cartões de apresentação": os "cursos públicos" gratuitos, a serem ministrados à noite (de 1º de março a 31 de outubro), e sua nova revista de publicação trimestral, dedicada "às investigações de estabelecimentos que interessam as sciencias".

Chama a atenção ainda a perspectiva mais nacionalista do museu. Além do predomínio de autores nacionais nos artigos das revistas, a análise do quadro de pessoal e, principalmente, das regras concernentes às nomeações, reforça ainda mais essa afirmação. Tomemos, por exemplo, os critérios de seleção para cargos de Diretor de seção e de subseção: "(1) qualidade de cidadão brasileiro; 2) maioridade legal; 3) moralidade; 4) capacidade profissional". Se levarmos em conta a hierarquia dos itens destacados, verifica-se a existência de um quesito diferente no interior desse "mundo dos museus". Ou seja, diversamente das demais instituições desse

12. Segundo Lima (1985), aos museus pareciam corresponder, nesse período, dois objetivos diversos. De um lado o fomento à pesquisa teórica e vinculada às Ciências Naturais; de outro, a preocupação com o caráter pragmático e aplicado de tais pesquisas, como se afirmou anteriormente.

tipo instaladas no Brasil, e que têm à frente e no comando cientistas estrangeiros, o M.N. marca já em seus regulamentos a presença obrigatória de elementos nacionais.

UM NOVO MUSEU ABRE SUAS PORTAS

"Feliz a instituição a quem for dado o preciso alento para afrontar-se com o mal, e destruí-lo... assim vingará de novo essa organização coletiva... o seu largo e lastimável desalento... *Obreiros da ciência* cançados do largo esperar, adormeceram, murmurando frases de desconsolo e descrença... O M.N. em sua *nova e auspiciosa* constituição, se prepara a vincular-se d'ora por diante aos *grêmios científicos* e aos *congressos da civilização*... resolutos em cumprir o dever que nos impusemos, *regras ethereas e purísimas* da sciencia aonde não cabem... as discussões acres e desoladoras do individualismo..." (28 de março de 1876. Ladislau Netto, in *Archivos do Museu Nacional*, 1, pp. 13-15).

Com esse discurso pomposo, barroco e solene, Ladislau Netto, o então diretor do M.N., dava abertura à "nova era" do museu, destacando valores que se remetiam antes de tudo à "sciencia civilizada européia".¹³ Uma ciência "imparcial", pura, classificatória, índice em si de progresso e distinção.

Nesse novo momento, a revista buscava a entrada no "grêmio científico", um "mundo" bastante cosmopolita que, como veremos, dialogava muito entre si e principalmente através de suas publicações específicas.

A análise dos 23 primeiros números dos *Archivos do Museu Nacional* atenta para a especificidade do seu desenvolvimento e preferências temáticas.

Algumas características chamam logo a atenção na análise do *Quadro 1*. Em primeiro lugar, o predomínio de artigos de zoologia (45,3%), comum aos três museus, pode ser entendido em vista que, para a época, a Biologia e em especial a Zoologia

se constituíam em modelos teóricos por excelência. Modelos que segundo J. Paulo Paes (1986, p. 10), "os naturalistas, que orgulhosamente denominaram o seu século como século da Ciência, não hesitaram em extrapolar para o campo da filosofia".¹⁴

Em segundo lugar os textos de botânica (19,2%) e geologia (13%) comporiam, conjuntamente com os artigos de zoologia, o que na época se denominava de "estudos naturalistas". A relevância desse tipo de trabalho pode ser comprovada pela sua frequência, representando 78,4% do total de artigos.

Restariam por fim os artigos de antropologia (11%) e arqueologia (10%), os quais, além de ocuparem espaço reduzido, pareciam referir-se a debates bastante delimitados. Ou seja, em oposição à riqueza e variedade de assuntos que apareciam sob a mesma rubrica de "estudos naturalistas", os estudos antropológicos remetiam-se exclusivamente à análise de ossos e em especial de crânios (antropometria), e os de arqueologia, à descrição dos vestígios naturais mais afastados no tempo (objetos, urnas mortuárias etc.).

O *Quadro 2* destaca outros aspectos. Entre eles, a preponderância de artigos elaborados por cientistas nacionais (71,5%) e, em especial, de estudos de autoria de naturalistas que se encontravam em postos de destaque na hierarquia interna do museu. É o caso dos artigos de J. Batista Lacerda, de Ladislau Netto ou, a partir de 1907, a frequência de textos de Alípio Miranda.

Os naturalistas estrangeiros que redigiram artigos para a revista eram todos viajantes contratados pelo museu, como é o caso de C. Frederico Hartt (diretor da terceira seção), Orville Derby (diretor da Comissão Geológica e colaborador do M.N.), ou mesmo F. Muller (cientista do museu, especializado no estudo de borboletas).¹⁵

13. Ladislau Netto foi diretor do M.N. de 1874 a 1893. Botânico e interessado em estudos de etnologia, teve papel de destaque no museu ao empreender a reforma de 1876. Faleceu em 1894.

14. O desenvolvimento dos animais era então entendido como uma "recapitulação de sua história evolutiva" (*Archivos do M.N.*, 22).

15. O zoólogo alemão F. Muller tornou-se famoso ao publicar, em 1864, o livro *Fur Darwin*, onde elaborou a síntese e a fundação da lei da ontogênese. Darwin o denominou o "Príncipe dos Naturalistas".

QUADRO 1
REV. ARCHIVOS DO NACIONAL - DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR TEMAS E ANO DE PUBLICAÇÃO (1876/1926)

| ANO | BOTÂNICA | ZOOLOGIA | GEOLOGIA | ANTROPOLOGIA | ARQUEOLOGIA CULT. MATERIAL | TOTAL | OBS. |
|----------------|----------|----------|----------|--------------|-------------------------------|-------|------|
| 1876 (vol.1) | 3 | 1 | 1 | 2 | 5 | 12 | |
| 1877 (vol. 2) | 1 | 4 | 1 | | 1 | 7 | |
| 1878 (vol. 3) | | 2 | 3 | | | 5 | |
| 1879 (vol. 4) | | 3 | 2 | 3 | | 8 | |
| 1880 (vol. 5) | 1 | | | | | 1 | |
| 1885 (vol. 6) | | | 1 | 2 | 1 | 4 | |
| 1887 (vol. 7) | | 1 | | | | 1 | |
| 1892 (vol. 8) | 4 | | | | | 4 | |
| 1895 (vol. 9) | 1 | | 2 | | | 3 | |
| 1897 (vol. 10) | 1 | 1 | | 1 | | 3 | |
| 1901 (vol. 11) | 1 | 1 | | | | 2 | |
| 1903 (vol. 12) | | 7 | 3 | 2 | | 12 | |
| 1905 (vol. 13) | 1 | 4 | | | | 5 | |
| 1907 (vol. 14) | | 5 | | | | 5 | |
| 1909 (vol. 15) | 1 | 4 | 1 | | | 6 | |

Diretor Geral
Ladislau Neto

Diretor Geral
J. Batista Lacerda

QUADRO 2
REV. ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL - DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR AUTOR E ANO DE PUBLICAÇÃO (1876/1926)

| ANO | LADISLAU NETTO | J. BATISTA LACERDA | E. HART | E. MULLER | ORVILLE DERBY | CARLOS MOREIRA | ALÍPIO MIRANDA | ROQUEIRO PINTO | CHILDE |
|-------|----------------|--------------------|---------|-----------|---------------|----------------|----------------|----------------|--------|
| 1876 | 2 | 3 | 2 | | | | | | |
| 1877 | 1 | 3 | | 3 | 1 | | | | |
| 1878 | | 1 | | 1 | | | | | |
| 1879 | | 2 | | 3 | 2 | | | | |
| 1880 | | | | | | | | | |
| 1885 | 1 | 1 | 1 | | | | | | |
| 1887 | | | | | | | | | |
| 1892 | | | | 3 | | | | | |
| 1895 | | | | | 1 | | | | |
| 1897 | | | | | | | | | |
| 1901 | | 1 | | | | 1 | | | |
| 1903 | | 1 | | | | 2 | | | |
| 1905 | | | | | | 1 | 4 | | |
| 1907 | | 1 | | | | | 4 | | |
| 1909 | | 4 | | | | | 1 | | |
| 1911 | | | | | | | 1 | | |
| 1915 | | | | | | | 1 | | |
| 1916 | | | | | | | 1 | | |
| 1917 | | | | | | | | | |
| 1918 | | | | | | | | | |
| 1919 | | | | | | | | 2 | 2 |
| 1920 | | | | | | | | | |
| 1923 | | | | | | | | 2 | 3 |
| 1925 | | | | | | | | | |
| 1926 | | | | | | | 1 | | |
| TOTAL | 4 | 17 | 3 | 10 | 4 | 4 | 13 | 4 | 5 |

Fonte: Revista Archivos do Museu Nacional, 1876/1926, v. 1-23.

Os temas dos vários artigos, muito mais próximos das Ciências Naturais do que das Sociais, discutem longamente desde a "evolução morfológica dos tecidos nos caules sarmentosos", até a evolução de um pequeno animal chamado *Batrachycthis* (vulgo sapo-peixe), ou mesmo a ação do veneno da jararaca.

Nesse sentido, os poucos textos que tematizam a questão e a situação do homem nacional são aqueles redigidos por J. B. Lacerda ou por Ladislau Netto e que se referem ao "estudo anthropológico das raças indígenas no Brasil".

Lacerda, por exemplo, já no primeiro número da revista, se propõe a estudar os Botocudos, tendo como material exclusivo os onze cérebros de "espécimes desta tribo" existentes no museu. Para tanto, e com o intuito de inserir a produção do museu ao lado da dos grandes teóricos evolucionistas em sua vertente racista, faz uma longa digressão sobre a "anthropologia mundial" e suas contribuições. Vejamos trechos desse texto: "haverá por quanto muito um século que a anthropologia, *a mais nova de todas as sciencias*, começou a offerecer um campo às investigações dos sábios. Já então *Blumenbach* tinha acumulado grande material, tirado à craniologia para estabelecer a distinção das raças humanas e Buffon lançado as bases da sciencia natural do homem, havia selado a *ethnographia* ou descrição dos povos. Seguindo o caminho... Retzius, Pritchard, Wagner concorreram... para aumentar domínios na anthropologia... Todo esse material... veio a servir aos moderníssimos estudos de *Broca*, *Pruner-Bey*, *Quatrefages*, *Virchow*, *Topinard* e outros... que deram nova face a sciencia antropológica" (*Archivos do M.N.*, 1, p. 47).

Lacerda, dessa maneira, arrola toda "a nata" da nova antropologia física, que se debatia com as questões do "poligenismo versus monogenismo" e com "o problema do elo perdido", tendo como base, em boa parte, o estudo e a medição de crânios.¹⁶ Mas o autor não se detém apenas na produção européia. Depois de lasti-

16. A questão central de vários cientistas da época era a delimitação e a comparação das raças, tendo como supostos de base os estudos da evolução e a Craniologia. A Frenologia (ou ciência da medição dos crânios) serviu como base para várias escolas, sobretudo a francesa (com P. Broca) e a americana (com L. Agassiz), para

mar a inexistência de estudos locais, passa a descrever autores americanos como "Morton na Philadelfia" ou "Moreno na Patagônia", cujos estudos, com base em caracteres físicos, "ocupam lugar prominentemente nas questões etnológicas" (Lacerda, 1914, p. 48).

Utilizando os recursos craniométricos da escola francesa de Broca e após uma série de análises de crânios (com a explicação detalhada do que se deve ou não medir e a descrição das dificuldades encontradas, já que "é preciso lutar com as idéias supersticiosas de índios de um lado, e com os *escrúpulos* dos missionários... para se obter um crânio da raça indígena"), Lacerda conclui que "pela sua capacidade os Botocudos devem ser colocados a par dos Neo-Caleddonios e Australianos entre as *raças notáveis pelo seu grau de inferioridade intelectual. As suas aptidões são com efeito muito limitadas e difícil é fazê-los entrar no caminho da civilização*" (*Archivos do M.N.*, 7, p. 53).

Dessa maneira, e com essas conclusões, Lacerda parecia posicionar-se em relação a um amplo debate. Formulava a sua contribuição local aos embates da "grande confederação científica mundial" ao aceitar as teses poligenistas de Agassiz e ao tentar "comprovar" que "a América fora realmente um dos centros de criação" (*Archivos do M.N.*, vol. 7, p. 75).¹⁷ Essa perspectiva, presente não só nesse como em muitos outros textos de Lacerda (nos volumes III, IV, VI e XII), reitera sua posição de que "ocupamos um nível muito baixo na escala humana e que pode ser equiparado aos povos selvagens que hoje conhecemos" (*Archivos do M.N.*, 6, p. 185).¹⁸

quem o tamanho e o volume dos cérebros forneciam dados suficientes para a delimitação da capacidade dos povos. Sobre essa questão, vide também Gould, 1981.

17. Voltaremos a discutir a aplicação e a reelaboração das teorias raciais no Brasil.
18. Cumpre destacar que Lacerda se tornou famoso por ser um dos mais ardorosos defensores das teses de branqueamento e depuração das características índias e negras que compunham nossa população. Foi o primeiro cientista a dar um curso de antropologia no Brasil (em 1877), cuja súmula se encontra no vol. II dos *Archivos do M.N.*; foi também o único representante brasileiro a participar, em 1911, do I *Congresso Universal das Raças*, defendendo a tese do branqueamento em um século para o Brasil. Batista Lacerda, além de ter sido diretor do M.N. e do Laboratório de Biologia, ocupou outros cargos de destaque na época: foi presidente da

Mas não só em artigos antropológicos havia referências ao que se podia chamar de escola "evolucionista racista". Essa premissa também estava presente em textos de zoologia. Em um artigo sobre "um pequeno animal extremamente curioso denominado *Batrachyichthis*", Pizarro, antes de falar sobre a espécie em questão, faz um longo inítrito sobre "as contribuições de Darwin, Lamarck e Haeckel, para o desenvolvimento do movimento científico... e para despertar a atenção dos povos do continente sul-americano cujos filhos pareciam dormir o somno da indiferença sobre o mundo das preciosidades que se entesouram nas suas terras" (*Archivos do M.N.*, 1, p. 32).¹⁹

Em suma, algumas características do M.N. devem ser relevadas. É necessário destacar que a Antropologia, para o museu, se constituía enquanto ramo das Ciências Naturais, detendo-se talvez com mais vagar no sistema nervoso e na medição dos crânios.²⁰ Batista Lacerda, em seu curso sobre antropologia ministrado em 1877, afirma: "Os *conhecimentos anatomo physycológicos constituem a base da anthropologia*" (*Archivos M.N.*, 2, p. 110).

Em segundo lugar, é importante relembrar o modelo de museu que o recém-reinaugurado M.N. tentava seguir: um modelo

Academia Nacional de Medicina do R. J.; membro da Sociedade de Antropologia de Berlim, Paris e Lisboa; vice-presidente do Congresso Médico Pan-americano de Washington (1893); entre outros (outras informações encontram-se em Seyferth, 1984). Quanto à polémica lançada por L. Agassiz, deve-se salientar que esse cientista (defensor da idéia da existência de vários centros de criação, o poligenismo, por oposição ao monogenismo bíblico que determinava a existência de um único núcleo inicial), estava justamente interessado em descobrir na América a comprovação da existência de um dos vários centros de criação humana.

19. É interessante notar a constância com que esses autores eram citados e inseridos em análises locais. Fausto Cardoso, por exemplo, elabora toda uma obra em cima do que chamou de "harcclianismo", remetendo-se sempre a questões e temas locais. Por outro lado, essa parece ser a "versão indígena e naturalista" do pedido contemporâneo de Silvio Romero, para que tirássemos o "negro" de nossas cozinhas e o transformássemos em "objeto de estudo", antes que outros o fizessem (Nina Rodrigues, 1945).
20. O primeiro curso de antropologia no Brasil, ministrado por Batista Filho, foi exclusivamente sobre anatomia.

profissional, cujas regras se remetiam todas às especificidades e deliberações européias e americanas.

Por fim, é necessário reforçar a “marca nacional” que o M.N. buscava imprimir, imagem essa no mínimo estranha ao horizonte do fenômeno denominado “era dos museus”.

O MUSEU PAULISTA:

“ENFIM UM MUSEU VERDADEIRAMENTE SCIENTÍFICO”

Não temos até hoje universidade alguma no país, nem ao menos uma academia ou escola de sciencias naturais. Nestas condições não é difficil explicar o estado de atrazo em que até hoje acha-se o estudo das sciencias naturais no Brasil

H. VON IHERING (DIRETOR DO M.P.), 1895

Segundo a história oficial, a criação de um museu em São Paulo esteve a princípio ligada à idéia de se erguer um monumento “escultural e grandioso em homenagem à Independência Nacional”.²¹ Logo após as comemorações de 7 de setembro em 1824, Lucas Antonio Monteiro de Barros (mais tarde Visconde de Congonhas do Campo), na qualidade de presidente de província, pede contribuições voluntárias com o aceite do Imperador D. Pedro I.

O projeto do monumento a ser erigido no próprio sítio do Ypiranga não segue em frente, permanecendo apenas como preocupação menor, em meio a tantas crises políticas e problemas de falta de recursos.

Somente por volta de 1870, gestão do Visconde de Bom Retiro como presidente de província, começam a intensificar-se os esforços. É a época das grandes “loterias do Ypiranga”, fadadas ao insucesso uma vez que a renda obtida era toda alocada pela Assembléa Provincial para “fins sociais de necessidade mais imediata” (Gomes *apud* Paiva, 1984, p. 10). Pouco tendo sido feito então, permaneceu sem solução o debate entre os que defendiam a

edificação do monumento e aqueles que lutavam pela ampla distribuição de verbas e recolhimento ao Tesouro.

Finalmente, em março de 1885, o presidente de província José Luiz d’Almeida Couto ordena o início do projeto do italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi, aprovado por D. Pedro II, como homenagem à Independência. Até então, a elite política local, não percebendo um sentido prático nesse centro de estudos, retardava as suas contribuições e a entrada de verbas.

Com o desenvolvimento do café na região paulista e a construção de uma “metrópole local”, o projeto de Bezzi foi finalmente aprovado e colocado em prática. Um museu em São Paulo parecia constituir, portanto, um suporte para outras significações, ou mesmo representar a ascensão de uma nova província no cenário nacional.²²

Contratados o arquiteto Luiz Pucci e o engenheiro Stevaux (que, entre outros, deveriam construir uma estrada que ligasse a capital ao monumento do Ypiranga), as obras, a despeito de inúmeros contratemplos, estavam concluídas em 1890. O edifício, porém, permaneceu desocupado, uma vez que o Palácio, construído em pomposo estilo clássico da Renascença, não oferecia condições para o funcionamento normal de uma escola.

Cumpria assim o M.P., até esse momento, apenas o papel de monumento histórico, ligado à memória da Independência e ao marco do Ypiranga, sem qualquer vinculação mais pragmática ou perspectiva científica delimitada.

Em agosto de 1893, o museu do Ypiranga adquiriu as coleções pertencentes a Joaquim Sertório, localizadas no *Museu*

21. O histórico do M.P. foi elaborado a partir de dados existentes no livro organizado por Paiva (1984) e das declarações encontradas nas Revistas do Museu Paulista, 1985/1987, 1 e 2.

22. São Paulo, segundo Ernâni da Silva Bruno, transformava-se em finais do século XIX de pacata aldeia de estilo colonial em uma “metrópole do café”. Em 1827, fundava-se a Faculdade de Direito de São Paulo, e o movimento estudantil surgia alterando os costumes locais. Também nessa época, principalmente a partir de 1870, com o apogeu das plantações de café no Oeste Paulista São Paulo transforma-se no “centro” do comércio cafeeiro. Com o café chegaram os “grandes caseiros”, as estradas de ferro, o “embelezamento” da cidade (que se fazia, é claro, a despeito das péssimas condições estruturais em que vivia a população negra e imigrante) (Morse, 1970; Bruno, 1954).

do Estado (antigo Museu da Sociedade Auxiliadora). Do acervo desse rico paulistano faziam parte coleções de espécimes de história natural (sem qualquer classificação), bem como peças de diferentes gêneros, de objetos indígenas e jornais, a quadros ou peças de mobiliário.

Com esse material que possuía mais o caráter de “curiosidades gerais”, como um “gabinete de objetos exóticos”, foi inaugurado oficialmente o *Museu Paulista* através da Lei n. 200, Decreto n. 249, de 26 de julho de 1894. No mesmo ano é contratado, por indicação de Orville Derby (diretor-da Comissão Geográfica e Geológica do Estado), o zoólogo Hermann von Ihering, que permaneceria no cargo de diretor do museu até 1915.²³

Abria-se então um novo museu cujo objeto era, segundo von Ihering, “estudar a história natural da América do Sul e em particular do Brasil, por meios científicos”. Na direção da instituição encontrava-se, dessa feita, não cientista local mas um zoólogo alemão, acostumado aos debates e perspectivas de seu continente de origem, e que imprimirá ao *M.P* um caráter predominantemente ligado às Ciências Naturais e, em especial, ao estudo da Mineralogia, Botânica e Zoologia.

“UM MUSEU PROFISSIONAL”

Seja-me permitido congratular-me com sua excelência por ter criado um museu sobre bases científicas como até agora no Brasil não existiu.

H. VON IHERING, 1895

Montava-se a partir de 1895, em São Paulo, um projeto de “museu enciclopédico” “que buscava reunir exemplares de todo o conhecimento humano” (Elias *apud* Paiva, 1984, p. 13). A instituição seguia as linhas de uma preocupação central na época, que dava relevância ao conhecimento passível de classi-

23. O Museu, ao ser inaugurado, subordinava-se à Secretaria de Negócios do Interior (posteriormente Secretaria da Educação) (Azevedo, s.d., pp. 166 e 176).

ficação, que imprimisse ordem a esse universo caótico. Segundo E. Hobsbawm (1977), enquanto colonialistas ingleses – como Cecil Rhodes – pretendiam tudo dominar (a terra e os planetas), teóricos evolucionistas – como Frazer e Tylor – buscavam tudo classificar.

Tendo como base esse saber evolutivo, classificatório e pautado nas Ciências Naturais, von Ihering imprimirá ao *M.P.* toda uma “marca profissional”, adaptada e conforme aos grandes modelos europeus.

Ainda no interior dessa perspectiva, publicou-se em 1895 o primeiro número da *Revista do Museu Paulista*, marcada por um projeto bastante personalista de seu diretor. Logo na capa, além da imagem da fachada do museu, consta um breve currículo de von Ihering. Vejamos: “D. H. von Ihering. Dr. médico et. ph., Diretor do Museu Paulista; sócio honorário da Sociedade Anthropologica Italiana; da Academia de Ciências em Cordoba, da Sociedade Geographica de Bremen, da Sociedade Antropologica de Berlim, da Academia de Ciências em Philadelphia, da Sociedade dos Naturalistas em Moscou, da Sociedade Etnologica de Berlim, do Museu Etnologico em Leipzig e da Sociedade Scientifica do Chile”. A revista revelava, logo de início, não só a figura de seu mentor,²⁴ mas também toda uma postura internacionalista na referência explícita a outros centros de produção.

24. H. von Ihering, filho do Jurista Rudolph von Ihering, viveu de 1850 a 1930. Graduiu-se em medicina e ciências naturais na Alemanha, tendo sido aluno de Virchow e Lenhart, dentre outros. Seus estudos iniciais estiveram ligados à Antropologia Física (Cranilogia, em especial); passou mais tarde à Zoologia, notadamente o estudo de moluscos, tema de sua tese de doutorado defendida em 1876 na Universidade de Erlanger (*Significados do aparelho digestivo dos moluscos*) e de cátedra na mesma universidade (*Anatomia comparada do sistema nervoso dos moluscos*). Em viagem de núpcias em 1880, chegou ao Brasil e acabou fixando residência no Rio Grande do Sul, dedicando-se ao estudo da fauna, da flora e dos povos indígenas da região. Trabalhou durante esse período como viajante do M.N.. Em 1893, vem para São Paulo como chefe de seção (Zoologia) da *Comissão geográfica do Estado de São Paulo*. Assume o *M.P.* em 1894, tendo sido responsável por toda a organização do museu inaugurado em 7 de setembro de 1895 (Lima, 1985, p. 245).

O número inicial da publicação do *M.P.* é, em si, 'bastante revelador: se os dois primeiros artigos elaboram uma espécie de "história mítica do museu", caracterizando-o enquanto um "monumento de glória paulista", o artigo de H. von Ihering revela a nova faceta que o estabelecimento deveria possuir.

Nesse artigo, lido na solenidade de inauguração do museu, Ihering deixa claro as novas perspectivas que parecem nortear o recém-fundado museu. Eis algumas passagens de seu discurso: "A maior parte dos museus do mundo tem a sua origem em *coleções particulares* que crescendo além das localidades e dos recursos... são transferidas aos governos... Examinando a história deste nosso museu, logo verificamos que o seu desenvolvimento corresponde bem ao de estabelecimentos análogos... Seja-me permitido portanto congratular-me com sua excelência por ter criado um museu *sobre bases científicas como até agora no Brasil não existiu...* o fim de nossas coleções é demonstrar, dar boa e instrutiva idéia da rica, interessante natureza da América do Sul, do Brasil e em especial do homem sul americano... O que nós precisamos fazer são *classificações científicas...* Nesse sentido, muito para não dizer tudo está por fazer ainda... Não posso deixar de mencionar além do Estado de São Paulo, *um outro próspero do país, criou um museu com pessoal científico e sobre bases mais amplas* do que este, *refiro-me ao Museu do Pará...* confiado a direção *competente do meu amigo Dr. Goeldi*" (*Revista do M.P.*, 1, pp. 19-24).

Desse discurso inaugural alguns elementos podem ser destacados: a preocupação com padrões de "cientificidade", apenas capazes de serem conseguidos a partir de regras de classificação corretas e de métodos pautados em modelos estrangeiros; e a alusão a uma espécie de "missão dos museus", enquanto órgãos com papéis de destaque, em função, no caso, da carência de universidades no país.

Porém, o trecho que mais polêmicas criou, ao menos na época, foi aquele em que von Ihering, mesmo sem citar diretamente, acabou desqualificando a produção e a posição do *M.N.*, ao afirmar que seria o *M.P.* "o primeiro museu criado em bases

científicas".²⁵ Parecia estar em questão a formação de um novo tipo de museu. Ambas as instituições nacionais, tanto o *M.P.* como o *M.N.*, tinham o desejo de se transformar e de se auto-representar por meio dessa representação.

A resposta do *M.N.* não se fez esperar, João Batista Lacerda (então diretor da instituição) interrompe a edição do volume 9 dos *Archivos* e, de maneira irada, assim se refere ao discurso inaugural de von Ihering: "Um ponto de mira teve o Dr. von Ihering quando para alterar o nível científico do museu procurou iludir a opinião dos ignorantes sobre o valor do Museu do Rio de Janeiro que ele julga indigno de equiparar-se ao *M.P.* e ao do Pará... o Dr. Ihering pretende certamente ter realizado um milagre com os escassos recursos do Estado, com um pequeno núcleo de coleções compradas a um particular".

O embate entre os diretores foi longo e de cada uma das partes envolvidas provinham imagens diversas. Do lado do *M.N.* a ironia ante "a tacanha situação material" em que vivia o *M.P.* em seus momentos iniciais, em contraposição à grandiosidade do projeto teórico. Como dizia Lacerda: "o Dr. von Ihering tem naturalmente em vista insuflar os ânimos próprios dos paulistas e recomendar aos poderosos do Estado os seus incomparáveis serviços. Procedeu bem, trabalho *pro domo sua*".

De outro lado, a partir da perspectiva do *M.P.*, e nas palavras de seu diretor, abria-se como que uma nova fase aos museus nacionais, na qual estava em jogo a constituição de um campo diverso de atuação e postura científica.

O *M.P.* constituía-se, portanto, enquanto modelo mimético de museus europeus e americanos. Von Ihering, nesse sentido, durante toda a sua administração, não só viajou constantemente visitando os grandes museus, como muitas vezes publicou regras e tex-

25. H. von Ihering não só não se referia ao *M.N.*, como destacava exclusivamente as atuações do *M. Goeldi* e da "Comissão Geographica e Geológica e do Instituto Agrônomo de Campinas", enquanto únicas "instituições científicas" do país. Nesse sentido, Castro Faria tace algumas considerações sobre os "mitos do *M.N.*", dizendo que realmente "grande parte do acervo Imperial era insignificante e desprovido de informação" (Faria, 1982).

tos elaborados a esse respeito no exterior. A revista de 1897 traz um artigo do diretor do *Museu Nacional dos E.U.A.*, Dr. Brown Goode, intitulado "The principles of museum administration" (N.Y., 1895). Deste texto, Ihering retira uma série de máximas, dentre as quais destacamos: "Alguns dos chamados Museus são pouco mais do que armazéns cheios de materiais com que os Museus se organizam... Os serviços effectivos que um museu poderá prestar como meio de educação e de progresso das sciencias dependem da organização de uma colleção de estudo. O MUSEU PÚBLICO É UMA NECESSIDADE EM QUALQUER COMUNIDADE DE CIVILIZAÇÃO PROGRESSIVA" (*Revista do M.P.*, 3, pp. 5-6).

A esse tipo de posição, von Ihering com frequência acrescentava as suas, marcando a especificidade desses novos museus do final do século: "os museus do século presente não podem ser os simples continuadores dos do século passado; os seus fins são outros, não só com referência às colleções expostas, mas também quanto ao seu caráter scientifico" (*Revista do M.P.*, 7, p. 448).

O "padrão cosmopolita" do *M.P.* poderia ainda ser remarcado através do grande número de revistas com as quais o estabelecimento mantinha relações de permuta. Aparecem ao todo, nos diversos volumes de revista, 38 referências a diferentes publicações com as quais o *M.P.* mantém contato, provenientes de vários países. Japão, Austrália, E.U.A., Argentina, Chile, Nova Zelândia, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Uruguai são exemplos de uma grande lista.

Com relação aos artigos que compõem a *Revista do Museu Paulista*, algumas especificidades devem ser marcadas. Quanto ao perfil dos autores que se responsabilizam pelos textos publicados, chama a atenção o elevado número de naturalistas estrangeiros, principalmente se comparado à quantidade de cientistas nacionais. Durante a direção de Ihering, dos 110 textos escritos somente 10 foram assinados por pesquisadores nacionais. Tal predomínio pode ser referendado se se atentar para o grande número de artigos transcritos em inglês, francês ou alemão presentes na revista.

Outro fato digno de nota refere-se ao personalismo presente na revista, na figura de seu diretor. Durante a "era Ihering"

(portanto até 1914), dentre os 110 artigos listados, 45 (ou seja, 40%) foram redigidos por Ihering (sem contar relatórios e bibliografias, sempre assinados pelo diretor).²⁶

Quanto aos temas, podemos notar, com especial clareza, o predomínio das Ciências Naturais. Dos 254 artigos catalogados, 180 (70%) têm como temas centrais questões de zoologia (área de atuação de von Ihering), discutidas sempre através da comparação e classificação (com grande utilização de estampas). São objetos de análise, por exemplo: "os piolhos vegetais; os moluscos do terciário, conchas e colorações; ou o sistema nervoso dos moluscos".

O predomínio é tal que resta pouco espaço para os demais temas: antropologia (9,8%), botânica (4,7%), biografias (4%), geologia e arqueologia (3,5%).

Com a mudança de direção e a entrada de Affonso D'Escagnolle Taunay, em 1916, houve inclusive uma tentativa de verbalizar essa especialização. Ou seja, Taunay (nessa época, também professor da Escola Politécnica de São Paulo) buscou marcar a sua direção através de várias mudanças, dentre elas o ataque à atuação anterior. Afirmava, por exemplo, sua intenção de com a revista atingir vários ramos das Ciências Naturais, pois "até agora a publicação foi exclusivamente uma revista de zoologia", em uma clara alusão à orientação e às preferências do antigo diretor (*Revista do M.P.*, 10, p. 8).

Outra alteração imposta pela nova direção, facilmente constatada a partir da análise do *Quadro 4*, refere-se ao perfil dos autores que participam, desde então, da revista. Se até 1918 o periódico era antes de tudo marcado pela presença de artigos assinados por cientistas estrangeiros, a partir dessa data pode-se perceber a maior participação e mesmo um ligeiro predomínio de cientistas nacionais.

No entanto, pelo menos até os anos 30, e apesar das declarações de Taunay, o *M.P.* se mantém enquanto local de estudos e

26. O personalismo que marca os diretores dos museus nacionais pode ser caracterizado ainda por outro tipo de prática, pela qual se denominam as diferentes espécies encontradas com o nome do cientista que as cataloga. Por exemplo, *Ibbula Dalli*, *Ihering Marginella*, *Quemandeneu Ihering*, *Ficulla carolinense d'Orbigny*...

QUADRO 3

REV. DO MUSEU PAULISTA - DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR TEMA E ANO DE PUBLICAÇÃO 1895/1929

| ANO | BOTÂNICA | ZOOLOGIA | GEOLOGIA MINERALOGIA | ANTROP. | ARQUEOLOGIA | BIOGRAFIA | DIVERSOS (MUSEUS) | TOTAL | OBSERVAÇÕES | |
|---------------------|----------|----------|-------------------------|---------|-------------|-----------|----------------------|-------|-----------------------------|------------|
| 1895 (vol. 1) | | 5 | | | 1 | | 4 | 10 | DIREÇÃO DE H. V. IHERING | |
| 1897 (vol. 2) | | 7 | | 1 | | 1 | | 9 | | |
| 1898 (vol. 3) | 2 | 7 | 1 | 1 | | | | 11 | | Botân. 3 |
| 1900 (vol. 4) | | 11 | | | 1 | 1 | | 13 | | Zoolog. 75 |
| 1902 (vol. V) | | 6 | | | | 1 | | 7 | | Geolog. 3 |
| 1904 (vol. VI) | | 6 | | 4 | 2 | | | 12 | | Antrop. 11 |
| 1907 (vol. VII) | | 4 | 1 | 3 | | | 1 | 9 | | Arqueol. 5 |
| 1911 (vol. VIII) | | 14 | 1 | 2 | 1 | 2 | | 20 | | Biograf. 8 |
| | | | | | | | | | Diversos 5 | |
| | | | | | | | | | TOTAL 110 | |
| | | | | | | | | | (45 DE H. VON IHERING) | |

pesquisas em ciências naturais (em sua revista, continuou claro o predomínio da Zoologia).

A análise da *Revista do Museu Paulista* nos leva a outras considerações a respeito da instituição. É possível notar, em seu projeto, um fato até então singular: a entrada, na história, da figura do etnógrafo profissional. Profissional no sentido da certeza do método, na aplicação das normas, na montagem das coleções, na elaboração das revistas, no contato contínuo com o "mundo científico" com o qual preferencialmente dialoga.

A seguir, é necessário destacar a singularidade de um museu que nasce regido por "critérios científicos", formalizados em instituições internacionais de prestígio. No interior desse local, pouco espaço havia, ao menos nos primeiros tempos, para o debate interno. A produção, preferencialmente realizada por viajantes estrangeiros, dirigia-se a um debate que se travava em esferas longínquas. Como "cientista profissional", Ihering debatia antes de tudo com aqueles que considerava seus pares, distanciando-se de maneira por vezes agressiva de seus colegas de profissão e, em especial, do modelo representado pelo *Museu Nacional*.

Resta pensar no papel que a Antropologia cumpre no interior do M.P. Apesar de estar classificada na quarta seção, juntamente com a Zoologia (assim como na disposição constante do M.N.), enquanto disciplina a Antropologia pode ser pensada como uma espécie de derivação lógica dos estudos de zoologia e botânica. Nesse sentido, poucos artigos versam exclusivamente sobre o homem americano, sendo que as referências aparecem em meio a artigos que se remetem a outras espécies da fauna e sobretudo da flora.

A partir da produção do M.P., é possível notar com maior clareza o nascimento de uma disciplina antropológica umbilicalmente ligada aos parâmetros e modelos das Ciências Naturais. Uma antropologia física vinculada a Frenologia, e para a qual, no dizer de Ihering, "estudar a flora e a fauna era também estudar o homem primitivo".

QUADRO 4
REV. DO MUSEU PAULISTA - DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS PELO PERFIL DOS AUTORES

| Autores | Até 1918 | Depois de 1918 | Total |
|-----------------------|----------|----------------|-------|
| Pessoal Nacional | 6 | 53 | 59 |
| Pessoal Internacional | 100 | 47 | 147 |

Fonte: *Revista do Museu Paulista*, 1895-1929, v. 1-16.

O MUSEU GOELDI:

"A LUZ DA CIENCIA BEM NO MEIO DA SELVAGERIA AMAZÔNICA"

Durante todo o século XIX, a região Norte e em especial a Amazônia foi palco privilegiado de uma série de expedições científicas. Em 1866, vários intelectuais da região, interessados em formar um museu nacional de história natural, buscaram por em ação essa idéia congregando-se em torno da figura de Domingos Soares Ferreira Penna, secretário do governo do Pará.²⁷ A idéia em si e o modelo de mecenato não eram originais. No entanto, nesse caso tratava-se de formar uma instituição científica em meio à "jungle amazônica", o que trazia com certeza dificuldades e desafios próprios.

Em 6 de outubro de 1866, fundava-se a Associação Filomática do Pará, com a participação de Domingos Soares Ferreira Penna (geógrafo, etnógrafo, além de político e jornalista), Jonas Montenegro e Ladislau de Souza Mello (ambos sem formação científica). A associação transforma-se em museu, tendo à frente Ferreira Penna e, como diretores, representantes da sociedade local. Um museu em Belém, segundo seu mentor inicial, cumpriria as atribuições de uma academia já que a cidade não possuía escolas superiores ou demais entidades de cunho científico.

27. O histórico do M. Goeldi foi elaborado, em boa parte, a partir de dados retirados do livro de Cunha (1966), e dos fatos relatados no próprio Boletim do Museu Goeldi (1 e 2).

O principal objetivo do recém-fundado museu seria o estudo da natureza amazônica, de sua flora e fauna, da constituição geológica, rochas e minerais, da geografia da imensa região, bem como assuntos correlatos com a história do Pará e da Amazônia (Cunha, 1966, p. 8).

Vários contratempos, porém, fazem com que o museu passe em 25 de março de 1871 para a órbita administrativa do governo da província. Nesse meio tempo, apesar do empenho de Ferreira Penna em trazer pesquisadores de renome, como o geólogo americano Charles Frederick Hartt (que participava como naturalista do M.N.), vários estudiosos se demitem em função da falta de verbas e recursos. Durante os últimos anos do Império, o museu acaba se transformando em simples e rotineira repartição pública, e os deputados da Assembléia Legislativa resolvem extingui-lo (1888) considerando-o inútil. O museu, reinaugurado em 1891, deve o seu ressurgimento em parte ao próprio “boom da borracha” na região e às pretensões de transformar Belém em uma espécie de “Paris do Sol”.

A instituição, montada neste contexto com o incentivo de dois paraenses ilustres – o Dr. Justo Leite Chermont (Governador) e José Veríssimo de Mattos (diretor da Instrução Pública) – sofre ainda das mesmas carências: falta de verbas, de objetivos e de pessoal capacitado.

Em 1893, o Governador Lauro Sodré fica sabendo que o zoólogo suíço Dr. Emilio E. Goeldi, que vivia em Teresópolis, tinha sido demitido anos antes do posto de naturalista do *Museu Nacional*. Emilio Goeldi assume a direção do museu em 9 de julho de 1893 (com 35 anos) e, em 1894, elabora uma nova estrutura para a instituição. Organiza as diferentes seções (zoologia, botânica, etnologia, arqueologia, geologia e mineralogia) e uma biblioteca especializada em assuntos concernentes às Ciências Naturais e Antropologia, bem como os jardins zoológico e botânico, contíguos ao museu.

O então diretor busca fazer de seu museu uma reprodução fiel das instituições europeias. Assim, traz (ou faz passar pelo museu) uma série de especialistas e colaboradores estrangeiros – Jacques Huber (botânico), Frederico Katzer (geólogo), Godofredo Hagman (zoólogo), Adolpho Ducke (zoólogo botânico), Joseph

Schonmann (taxidermista), Curt Nimuendajú (etnólogo), Ernest Lonse (desenhista litógrafo) – e elabora duas revistas, nos moldes de publicações internacionais: o *Boletim do Museu Paraense* e *Memória do Museu Paraense*.

O museu ganha certa notoriedade em fins do século XIX, não apenas devido às suas publicações, mas também por causa da intervenção de Goeldi no litígio com a França na questão da Guiana Francesa, atual Território Federal do Amapá.²⁸

A análise dos dez primeiros números da revista do M.P.G. – *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia* – revela o papel da publicação como “cartão de visitas” do museu, ante as demais instituições do mesmo gênero.

UMA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA EM MEIO A “PARIS DO SOL”

Quem folhear a publicação do M.P.G. ficará impressionado com seu número reduzido de páginas (ao menos se comparado às demais revistas desse tipo, da época) e a constante declaração de “humildade” ante os outros periódicos.

Essa característica, no entanto, compartilha espaços com outra intenção, a de fazer do *Boletim* um veículo para entrada: “na porta do recinto, onde se opera o movimento científico e litterário internacional” (*Boletim do M.P.G.*, 1(1), p. 2).

A publicação do M.P.G. deixa claro, logo de início, sua dupla perspectiva: a “humildade” de quem começa com poucos recursos (e não garante periodicidade de publicação) e a “dignidade” de quem conhece o movimento internacional e pretende estar a par dele.

A primeira página da revista é curiosa. Abre o *Boletim* um pequeno artigo escrito em inglês, pedindo por “exchange of publications”. A redação, além de especificar os temas de interesse, rea-

28. Nos anos de 1897/99, E. Goeldi ajudou o Barão do Rio Branco a lidar na questão diplomática que envolvia a demarcação de limites entre a Guiana Francesa e o Amapá. Por conta, inclusive, do esforço de E. Goeldi junto a Rio Branco, o nome do museu passa para *Museu Paraense E. Goeldi*, em 3 de novembro de 1931. E. Goeldi fica no museu até 22 de março de 1907, quando retorna à Suíça, onde falece em 5 de julho de 1917, com 58 anos.

firma o desejo de permuta; o pequeno texto termina insistindo na mesma idéia, em línguas diversas: "Prière d'échange de publications; Bitte um Schriftenaustausch" (*Boletim do M.P.G.*, 1(1), p. 1).

Essa nota nos chama a atenção porque referenda a idéia de que as revistas e os museus, tendo como interlocutores diretos as instituições científicas internacionais, se preocupavam em tornar-se legíveis ou ao menos interessantes aos olhos desses estabelecimentos.²⁹ Em seguida, destaca-se, a partir desse artigo, a função das revistas na perspectiva dos museus: instrumento privilegiado de troca, bilhete de entrada para o mundo científico da época.

O *Boletim*, logo em seu início, declara seus objetivos: "Trabalhar no desenvolvimento das ciencias naturais e da etnologia do Pará e da Amazônia em particular, do Brasil e do continente em geral. Publicaremos trabalhos originais, realizados por nós e colegas... em contacto. Estudaremos igualmente o que tem sido feito de bom antes de nós... fiscalizando o que *se vai fazer fora*, longe daqui... *por naturalistas*" (*Boletim do M.P.G.*, 1(1), p. 2).

A revista do M.P.G. abria, portanto, uma perspectiva semelhante à das demais publicações. Um projeto bastante centrado nas Ciências Naturais e tendo como base estudos locais, vinculados por sua vez à produção de naturalistas estrangeiros.

O *Boletim*, como as outras revistas analisadas, trazia no primeiro número um discurso de seu diretor geral, Dr. Emílio Goeldi: "Manter dignamente um Museu é uma consequência, é quase um dever *na nossa civilização*... A capital dessa região, que o notável cientista inglês *Bates chamou de paraíso dos naturalistas*, que desde *Lacordomine até Hartt* foi perlustrada pelos sábios e viajantes do mais alto valor como *Rodrigues Ferreira*, o nosso comprovinciano *Lacerda*, o glorioso *Humboldt*, *Martins*,

29. Nesse sentido, na segunda página do *Boletim*, E. Goeldi faz uma longa digressão acerca da língua que deveria ser adotada na revista, e acaba concluindo que: "*como producto brasileiro deve sahir com a sua roupa nacional*. Nos dirão, o *Japão tão progressista* publica em *Francês e Inglês*; mas nós apontamos, do nosso lado para os *Russos, os Húngaros, os Dinamarqueses e os Suíços e os Alemães* que cada vez mais mostram a tendência moderna de publicar obras de sciencia no seu idioma nacional".

Castelwaw, o célebre *Wallace e Crandless e Keller e Agassiz* para não citar senão os mais notáveis... impõe-se como um dever *de sua civilização*... que *recolha, guarde e imponha* à atenção... porém outros atractivos que a cada passo estão chamando mais atenção dos *scientistas do mundo inteiro*. Nesta parte da América *passou-se senhores, um desses dramas obsconditos e equívocos* as investigações dos mais sagazes estudiosos que vem se passando no seio da Humanidade desde que ela surgiu de seus princípios obscuros. Nesta região, raças cuja origem se ignora e filiação se desconhece, cuja história não se sabe, existiram, viveram, lutaram, deixando vestígios... *Quem sabe, senhores, si aqui não está a chave de um dos enigmas mais excitantes da curiosidade científica destes tempos: A Origem do Homem Americano*" (*Boletim do MPG*, 1 (1), pp. 6-7).

Já a partir desse primeiro trecho do discurso inaugural podemos destacar algumas idéias interessantes. Em primeiro lugar, os aspectos comuns: a correlação entre noções como ciência e civilização, e o destaque e a consideração para com o "olhar que vem de fora", dos naturalistas estrangeiros que aqui estiveram.³⁰

Mas o que mais chama a atenção nesse primeiro segmento é o destaque e a explicação que o diretor dá sobre o local de implantação do museu. A resposta mais imediata é aquela que se detém nas considerações acerca desse "paraíso dos naturalistas".³¹ A Amazônia representava para a época um local precioso para a pesquisa e retirada de coleções sobre a flora, a fauna e a geologia.

Goeldi chama a atenção ainda para outro "enigma da época". Apesar do "ponto final" grandioso dado por Darwin com a publicação de *A origem das espécies*, ainda permanecia a polêmica que dividia poligenistas, como L. Agassiz (adeptos da idéia da existência de vários centros de criação) e monogenistas, como Quatrefages (que acreditavam, assim como as escrituras bíblicas,

30. É interessante notar que E. Goeldi cita os viajantes pelo segundo nome, denotando certa intimidade em relação a essas personalidades.

31. A Amazônia parecia cumprir para os naturalistas, naquele momento, papel semelhante ao que a Bahia cumprirá para os africanistas, vindos ao Brasil a partir da década de 30 (Peixoto, 1988).

ter havido uma única origem para a humanidade). Sem nos alongarmos sobre esse debate, a citação revela que a futura produção do museu visaria, entre outros fins, contribuir para o debate, provando talvez a "origem do homem americano" e reforçando as teses de L. Agassiz (Lacerda, 1914).

O tom extremamente queixoso com que Goeldi constantemente se refere ao estado anterior do museu é digno de nota: "O Museu deve deixar de ser um *depositário de curiosidades...* e sim uma coleção e um *repositório systematicamente disposto e scientificamente classificado...* *Uns cacos de igaçabas aqui, uns fragmentos de crânios acolá,* por assim dizer nada de inteiro, de completo... que desse o direito de empregar o *termo de coleção*" (*Boletim do M.P.G.*, 1 (1), pp. 7 e 15). Com a nova orientação, a instituição paraense deveria perder o seu aspecto de arquivo de curiosidades e ganhar o caráter de estabelecimento científico, com normas e coleções organizadas.

Goeldi parecia dessa maneira aproximar seu museu do modelo profissional desenvolvido pelo M.P. É com essa perspectiva que nos regulamentos, por exemplo, ele pretende "ver-se livre de certas coleções e mobiliários que mais cabem em um *Gabinete Histórico*" (*Boletim do M.P.G.*, 1(1), p. 17). Ou que se queixa do pessoal existente: "É preciso que haja menos administradores e mais trabalho. É preciso que o museu cesse de ser uma repartição pública propriamente dita e se torne uma *officina científica* - Venia Sit Verbo" (p. 18). Ou que reclama regulamentos até então vigentes: "na sua redação deixa perceber completa *inexperiência da organização de Museus* em outras partes do mundo, e que ella nos causa uma impressão que se sente no folhear um *código legislativo medieval*" (p. 19).

Nesse sentido, sua postura é tão "cosmopolita" quanto a dos demais diretores: "Desejo ver o *Museu Paraense* grande e digno de seu nome, representado nos *círculos científicos* e com o pessoal que lhe compete no *certamen internacional* em prol dos *bens intellectuais da humanidade*".

A aproximação entre Goeldi e von Ihering (bem como das respectivas instituições das quais são diretores) e a concomitante

querela com o M.N. (em especial com o seu então diretor, João Batista Lacerda), torna-se clara já no primeiro número da revista ao referir-se às "preciosas coleções que se espalham por museus", Goeldi afirma: "Não menos sabido é o modo pelo qual o M.N. enriqueceu-se, ainda não há muitos annos, às expensas incontestes do M.P.G. com avultado número de objetos preciosos oriundos de Marajó e de outros pontos da Amazônia, levando a directoria, a título de "empréstimo" e com o pretexto de dar maiores dimensões a uma tal "Exposição anthropologica" realizada na Capital brasileira, o quinhão maior do que havia aqui no Pará. Nada voltou, nada foi dado em troca... a recordação d'aquella divida de... hoje já é tão pallida, que amanhã talvez seja extinta. Ficamos decididamente só com aquele "recibo", como valor de "acção à fonds perdu?" (*Boletim do M.P.G.*, 1(1), p. 16). O artigo parece demonstrar que a "nova era" que se abria, com a instalação do M.P. e do M.P.G., engendrava também a exclusão ou diferenciação em relação ao M.N.

A organização do museu obedecia à mesma ordem dos demais, com a ressalva de que a Antropologia aparecia nesse caso separada da Zoologia: "1.ª *Secção*: Zoologia e sciencias annexas; 2.ª *secção*: Botânica e ramos annexos; 3.ª *secção*: Geologia, Paleontologia, Mineralogia; 4.ª *secção*: Etnologia, Archeologia, Anthropologia". No entanto, essa separação não indica, como poderia parecer, o predomínio da quarta seção. Ao contrário, e também nesse caso, predominam na revista os artigos ligados às 1.ª, 2.ª e 3.ª seções.

Existem diferenças relevantes se tomarmos o item referente a "nomeações". Nele não consta qualquer especificação ou limitação à entrada, em postos de chefia, de elementos de origem estrangeira: "Para cargos científicos as condições são: 1) ter cursado academia ou ensino de sciencias naturais que ocupe um lugar notoriamente proeminente; 2) ter estudo aprofundado sobre sua especialidade e trabalho se possível original; 3) ter probidade científica" (*Boletim do M.P.G.*, 1(1), p. 24).³²

32. É importante destacar que esse regulamento foi elaborado em 1894, portanto, na "era Goeldi".

QUADRO 5
BOLETIM DO MUSEU PARAENSE DE HISTÓRIA NATURAL E ETNOGRAFIA (A PARTIR DO VOL. IV, 1906, M. PARAENSE E. GOELDI) - DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR TEMAS E ANO DE PUBLICAÇÃO (1894/1949)

| ANO | BOTÂNICA | ZOOLOGIA | GEOLOGIA/GEOGRAFIA | ANTROPOLOGIA ETNOLOGIA | ARQUEOLOGIA CULT. MATERIAL | TOTAL | OBSERVAÇÕES |
|----------------------------------|----------|----------|--------------------|---------------------------|-------------------------------|-------|------------------------------------|
| 1894 (vol. 1) n. 1 | 2 | 9 | 2 | 1 | | 14 | |
| 1897 (vol. 2) n. 1/2/3/4 | 8 | 11 | 6 | | | 25 | |
| 1901/1902 (vol. 3) n. 1/2/3/4 | 10 | 12 | | 2 | | 24 | Emílio Goeldi (Até 1907) |
| 1904/1906 (vol. 4) n. 1/2/3/4 | 11 | 8 | | 1 | | 20 | |
| 1907/8 (vol. 5) | 9 | 7 | 1 | | | 17 | |
| 1909/10 (vol. 6) | 3 | 1 | | 1 | | 5 | |
| 1910 (vol. 7) | 2 | 1 | 1 | 1 | | 5 | Jacques Huber (Faleceu em 1914) |
| 1914 (vol. 8) | | 1 | | | | 1 | |
| 1934 (vol. 9) | | | | | | | Dra. F. Snerhlage (Até 1921) |
| 1949 (vol. 10) | | 11 | 3 | 1 | | 15 | Dr. Machado Cochlo |
| TOTAL | 45 | 61 | 13 | 7 | | 126 | |

Com relação à "parte científica", ou seja, aos artigos que compõem o *Boletim do Museu Paraense*, alguns aspectos comuns podem ser destacados, como o predomínio de "estudos naturalistas" (95%). Encontraram-se, nesse sentido, altas percentagens de textos de zoologia (48%), de botânica (36%) e geologia (10,2%).

Chama a atenção a inexistência de artigos de arqueologia e os poucos estudos de antropologia (0,4%), que se remetem antes ao debate sobre línguas e vocabulários indígenas.

A presença marcante dos diretores nas revistas, característica comum aos museus nacionais, é particularmente significativa no caso ora analisado. Por exemplo, dos 61 artigos de zoologia, 40 (65%) foram redigidos por Goeldi (além das referências a esse zoólogo constantes em outros artigos). Por outro lado, dos 45 textos de biologia, 36 (80%) foram assinados por J. Huber (diretor da seção de biologia).

Esse tipo de constatação, mais do que exclusivamente indicar "o personalismo", parece comprovar a falta de pessoal capacitado a produzir e colaborar nesse tipo de revista. Praticamente só participam da publicação o pessoal estrangeiro e os doutores de seção do M.P.G., e que portanto moram no local. No caso do M.P.G., temos o caso mais extremado de supremacia de participação de cientistas europeus, já que, até 1949, todos os artigos tinham sido escritos por pessoal de fora. Só a partir do volume 10 da revista, publicado com alguns anos de atraso, pode-se notar a penetração de cientistas nacionais.

As autoridades residentes em Belém só apareciam na revista quando Goeldi reproduzia a lista de doações (que iam de cristais a móveis ou animais), distinguindo-se dessa forma, claramente, dois espaços: o local das curiosidades (ofertadas pela sociedade paraense e prontamente arquivadas) e o local dos objetos passíveis de classificação e análise, providos por naturalistas estrangeiros.

A fragilidade interna do museu parece ser contornada graças ao papel que o museu cumpria para a sociedade local, sedenta de fazer de Belém um centro de poder correspondente à pujança que a borracha trazia consigo. Afinal, afirmava o próprio Goeldi: "*Esperem, tenham paciência, se Roma não se fez num dia, quanto*

mais um museu de História Natural e Ethnographia na foz do Amazonas" (*Boletim do M.P.G.*, 1(2), p. 17).

Ao que tudo indica, sua grande "missão" estava antes vinculada ao debate que vinha de fora. As necessidades estrangeiras ordenavam estudos e pesquisas locais. As requisições e pedidos feitos por museus europeus e americanos eram constantes; é com certo cansaço que, por vezes, Goeldi se refere a elas: "De um lado, nos pedem informações sobre este animal, de outro querem material sobre aquella planta, um etnógrafo deseja informações sobre esta tribo indígena, e logo chega-nos uma carta de um anthropologista implorando o nosso auxílio para obter crânios de certos índios" (*Boletim do M.P.G.*, 1(2), p. 17).

O M.P.G. debatia-se no interior da mesma contradição que parecia envolver os museus nacionais. De um lado, a força da produção que vinha de fora; de outro, a realidade local diminuta e tacanha, no que se refere às perspectivas de pesquisa e produção.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

OS MUSEUS NACIONAIS:

"DE GABINETES DE CURIOSIDADES A CASAS DE FACHADA"

Se até o momento pretendeu-se ter traçado o perfil institucional de três museus nacionais, faz-se agora necessário nuançar essas caracterizações, buscando inseri-las no contexto do qual fazem parte.

O primeiro aspecto que chama a atenção é o contraste entre os "objetivos grandiosos" e as "práticas miúdas" empreendidas, uma vez que havia grande distância entre o "projeto enciclopédico" enunciado e a produção material limitada desses estabelecimentos.

Outra questão não respondida refere-se ao problema da viabilização prática dos museus. Em um país com uma atividade científica tão restrita, limitada a iniciativas realizadas pelo favor imperial, ou à parca produção de escolas profissionais e utilitárias em seus objetivos, como se poderia entender a existência e coexis-

tência de três instituições do mesmo gênero? Vivíamos em finais do século, segundo Schwartzman (1979a: 81) num momento de extrema precariedade, em que a ciência de viajantes e naturalistas europeus não possuía apoio político ou base social, embora a educação despertasse algum interesse..

No interior desse panorama, os museus de etnografia locais, longe de cumprirem uma trajetória fixa e previamente estabelecida, passaram por momentos diversos em sua constituição. Se se desdobrassem as caracterizações anteriores, encontrar-se-iam três períodos diversos: nascimento, apogeu e decadência.

Em seus momentos de *nascimento*, os estabelecimentos locais só contariam com um aspecto unificador: o próprio nome, "museu", que encobria projetos absolutamente diversos. A moldura institucional fixava classes de similaridade, enquanto a prática concreta parecia revelar a diversidade dos empreendimentos.

O M.N., por um lado, tem seu momento de origem vinculado à política de um monarca português no Brasil, que lidava com as vicissitudes de um Império que se transferia para a colônia. Além disso, em seu desenvolvimento, até o último quartel do século XIX, o estabelecimento carioca se sustentava enquanto projeto bastante nacionalista, vinculado (e dependente) ao Estado Nacional e, em especial, à figura do Imperador.³³

Por outro lado, o M.P., em seus primeiros anos, talvez forneça o exemplo mais extremado de um "gabinete de quinilharas" a serviço de e em homenagem à elite local. Basta verificar a coleção inicial do museu, composta de porcelanas, cristais e móveis, para que se apreenda o modelo que a instituição paulista cumpria em seu período de nascimento.

O próprio monumento erigido parecia pouco se assemelhar a um museu (tanto que não era possível nem ao menos instalar uma escola no lugar), mas antes marcar o local de uma representação. A idéia de construir um "monumento grandioso" parecia as-

33. É famosa a vinculação do Imperador à produção científica do país. O Imperador costumava afirmar, em uma associação direta com a famosa frase do monarca francês Luiz XIV, que: "A ciência sou eu". Sobre a participação de D. Pedro II, vide Raiders (1944).

semelhar-se ao movimento de arquitetura empreendido contemporaneamente na Áustria, onde em um bairro específico (a Ringstrasse) a burguesia liberal, ao assumir o poder, passa a remodelar edifícios e casas tal qual a sua imagem (Schorske, 1988, pp. 43-44). Guardadas as perspectivas e proporções, quer-se destacar a clara vinculação da idéia de construção de “uma grande e imponente obra” e os desejos da elite paulista, de se fazer finalmente representar não apenas no campo da política e da participação, mas também através de “símbolos culturais” partilhados. Fazer do “sítio” do Ypiranga uma pequena *Ringstrasse* significava, de um lado, apresentar a província com um monumento à altura de sua condição e, de outro, dilatar o centro da capital paulista. Longe da floresta, e às margens do Ypiranga, o museu sofreria com a distância e os problemas de comunicação que o local selecionado impunha; no entanto, ganharia nos planos da época e em termos de projeção.³⁴

Por fim, semelhante é o perfil original do M.P.G. “Porta de entrada para a floresta”, em seus primórdios, pareceu antes representar um exemplar “siamês” ao M.P. Símbolo da pujança da borracha, por um lado, “depósito de objetos variados de outro”. Fato interessante, nesse sentido, é a ordenação e limpeza que Goeldi teve de empreender “desobstruindo” o local, tão estuhlado de ob-

34. Os problemas de comunicação entre a cidade e o museu constantemente enumerados por von Ihering (que se queixava da falta de bondes) e podem ser verificados na comparação da frequência ao M.P. e ao M.P.G. Apesar do tamanho da província paulista, era bem menor do que a constatada no M.P.G.

| Anos | M.P. | M.P.G. |
|------|--------|---------|
| 1897 | 32.315 | 75.671 |
| 1898 | 32.965 | 84.372 |
| 1899 | 32.063 | 79.167 |
| 1900 | 28.484 | 91.434 |
| 1901 | 26.672 | 88.008 |
| 1902 | 21.536 | - |
| 1907 | 40.680 | 124.670 |
| 1908 | 40.374 | 155.799 |
| 1909 | 63.000 | 179.852 |
| 1910 | 67.000 | 164.686 |

(ano de redução na passagem de bonde em SP)

Obs. Os dados foram retirados das perspectivas revistas de ambos os museus. A partir dessa data, a publicação do M.P.G. torna-se inconstante e não fornece mais dados para comparação.

jetos e curiosidades pouco adaptáveis ou úteis ao manejo científico. A arquitetura do museu também é reveladora, pois parece trazer a Amazônia para a civilização, a natureza para a classificação, através de seus jardins e animais se misturando ao museu.

Faltava, portanto, nesse primeiro momento, um projeto e um modelo que instituíssem uma prática comum. Somente a partir de finais do século, esses “momentos comemorativos”, “marcos locais”, ganham um novo sentido e condição.

A partir dos anos 80 do século XIX, os museus nacionais entram em um momento distinto de *apogeu*, quando não só se contratam novos cientistas mas se aparelham os estabelecimentos com vistas a cumprir seus fins científicos. Essa nova era marca talvez o momento de maior homogeneidade dos três museus, que se revela na figura forte de seus diretores, preenchendo todos os espaços vazios das estruturas desses estabelecimentos. Eles organizam coleções, classificam objetos, elaboram as revistas (produzindo a maior parte de seus artigos) e contratam o pessoal. Como diz Schwartzman (1979a, p. 139), tanto nesses, como em outros estabelecimentos contemporâneos (como o Instituto Agrônomo de Campinas e o Instituto Manguinhos), “prevalecia a forte dependência de uma liderança pessoal carismática”, que condicionava a situação presente e futura.

Outro aspecto comum ao segundo momento é o debate privilegiado com o exterior. As coleções e os estabelecimentos pertencem a uma realidade local, mas a atenção se volta totalmente para fora. “Voltados para a Europa mas de olho no Brasil”, talvez essa a grande marca desses museus nacionais (Pontes, 1988). O M.N., apesar de sua origem mais remota, passa por uma reorganização nesse período, na tentativa de incorporar e acompanhar ditames dos novos museus científicos. Dessa maneira, apesar de corporificar o único exemplo de museu com o projeto mais nacional, de formação de quadros locais, não escapou à perspectiva mais geral.

O M.P.G., por seu lado, representa talvez o exemplo mais claro de estabelecimento “estratégico” no interior da lógica dos museus internacionais. Porta de entrada aos mistérios da floresta,

apresentava-se como o “porto seguro” diante das dificuldades que um ambiente inóspito como a Amazônia impunha aos estrangeiros.³⁵ Assim, se o M.P.G. não se localizava na capital dos naturalistas do século XIX, “posto mais avançado”, local privilegiado para o debate que se dirigia a outros centros de produção.

Longe da floresta e longe do brilho da capital, situava-se, por fim, o M.P. Viabilizado por uma aristocracia paulista financeiramente potente, mas “carente de cultura e ciência”, e dirigido por um cientista alemão isolado no interior desse contexto, o museu mais se parecia a um esqueleto sem carne: uma “Casa de Fachada”. Modelo mimético de entidades bem sucedidas em outras plagas, o M.P. preenchia todos os requisitos formais e exteriores que seus mestres lhe impunham, sem a mínima condição de viabilizá-los. Projeto grandioso, empreendido por um diretor não menos grandioso, o museu revelava mesmo contemporaneamente suas fragilidades. Uma revista dependente de seu diretor e um grande edifício sem nada para preenchê-lo – o local pronto para uma produção inexistente.

Mas a fragilidade estrutural do M.P. não impediu a sua projeção ou mesmo a montagem de embates internos às organizações, que acabaram revelando as vicissitudes e diferenças presentes nas instituições. É o caso da querela entre o M.N. (na figura de Batista Lacerda), de um lado, e o M.P. e o M.P.G., de outro.

As disputas vão perpetuar-se, tomando outros temas e contornos, principalmente nos primeiros anos do século XX. Nessa época, o diretor do M.P. já poderia ser considerado um cientista renomado, bem como a instituição que dirigia (Lima, 1985, p. 285). Com a ascensão pessoal, vinham também as disputas. Em 1911, inicia-se um acirrado debate a partir das declarações que von Ihering fez ao jornal *O Estado de S. Paulo*, vindo a público pedir o extermínio de índios como os Kaingang que por estarem no caminho da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil impediam o “desenrolar do

35. Nas revistas do museum, são várias as referências aos rigores do clima e da situação. A seção de geologia viu-se prejudicada pela morte repentina de dois cientistas, vindos para implantar e desenvolver essa área no museu (*Boletim do M.P.G.*, 1, pp. 1 e 2).

progresso”. Contra esse tipo de posição foram inúmeras as reações, de representantes tanto do M.N. como de outras instituições científicas que, *in loco*, se articularam contra as posições do então diretor do M.P.³⁶

Essas e outras querelas nos mostram, sem nos determos sobre cada uma delas em especial, como se formulava todo um campo específico de saber. Enquanto o debate externo pode ser caracterizado como intelectual e de idéias, internamente o que se destacam são disputas institucionais e de prestígio. De um lado, H. von Ihering, exemplo de cientista apenas radicado no país, mas sem qualquer vínculo mais explícito; de outro, uma perspectiva realmente vinculada a um projeto nacional.

No entanto, os museus parecem remeter-nos a questões que não se esgotam na mera verificação da disputa interna, constituindo-se enquanto soluções institucionais no interior de uma nação carente de universidades. Nesse sentido, surgem como novos espaços de produção científica, ao lado de outras instituições de prestígio na época, como a Escola de Direito de Recife, a Escola de Direito de São Paulo, os diferentes Institutos Históricos e Geográficos, ou mesmo a Escola de Medicina do Rio de Janeiro ou o Instituto Manguinhos (citando apenas alguns exemplos).

Por sua vez, no interior do panorama intelectual da época, se a princípio os museus parecem estar vinculados antes a uma história comemorativa e ritual, o seu desenvolvimento os destaca enquanto estabelecimentos voltados para o estudo das Ciências Naturais e para a produção de uma antropologia física.

A partir desse tipo de produção, à primeira vista tão distante do debate que se trava no local, os museus buscam, e de forma específica, tematizar o homem brasileiro. Partindo da flora e da

36. Em 1908, por exemplo, o M.P. recebeu um prêmio pela “melhor exposição de Antropologia”. No entanto, no caso específico, as afirmações de H. von Ihering levaram a uma série de reações. Segundo Stauffer (1960), essas declarações geraram um debate acirrado que culminou na criação do S.P.L.L.T.N., como órgão especializado em lidar com questões indígenas. Além disso, segundo alguns autores, esse conflito teria levado, inclusive, à futura saída de H. von Ihering do M.P. Nesse sentido, vide Stauffer (1960); Lima (1985); Gagliardi (1985); e Ribeiro (1982).

fauna para chegar ao homem, ao recolher, analisar, classificar, hierarquizar e expor, os museus parecem oferecer um pouco de “ciência e ordem”, em meio a uma sociedade carente de “classificações”.

Ao colocar em “clorofórmio a realidade nacional”, ou constituindo-se como espaços eminentemente isolados, os museus na época cumprem papel relevante, “pois eram o único ambiente em que se praticava a *ciência pela ciência*, sem a simbiose com a ciência aplicada, que marca a atividade dos demais institutos” (Schwartzman, 1979a, p. 84).

Palco da produção de pesquisas, *homeland* do debate que se travava fora de nossos limites, os museus acabaram por ajudar a transformar em senso comum de época, entre outros, teorias raciais que denegriam e tornavam “obscuras” as perspectivas futuras dessa jovem nação.³⁷

SOBRE UM CERTO TIPO CLASSIFICAÇÃO E ORDEM:
RAÇA, UMA QUESTÃO LOCAL

Em uma certa enciclopédia chinesa vem escrito que os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) seretas, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas.

JORGE LUIS BORGES

Um museu deve observar, colleccionar, classificar, e tornar conhecidos todos os objetos de natureza.

E. GOELDI, 1894

Falar da prática dos museus em fins do século XIX é dis-

37. É interessante verificar como essa “imagem degradante” do homem nacional, representada de forma recorrente no exterior, era aceita e veiculada por intelectuais, jornalistas e políticos brasileiros. Essa imagem foi esboçada tanto nas análises de povos indígenas como nos textos que refletiam sobre a miscigenação, ou mesmo sobre o negro entre nós.

correr também acerca do que Foucault descreveu como um certo “projeto de uma ciência geral da ordem”, que tem como perspectiva não igualar, mas sim hierarquizar e aproximar, para comparar e isolar (Foucault, 1970, p. 103).

Mas se o homem é um ser classificador por excelência, sendo a exigência de organização uma necessidade comum (Lévi-Strauss, 1976), a prática desses museus nos remete, no entanto, a um tipo específico de classificação.

Segundo R. da Matta (1983, p. 8): “O colecionador do museu, como o administrador colonial e o nosso antropólogo vitoriano evolucionista, tem uma verdadeira *mania classificatória*. De fato, concebem a ciência do homem como uma espécie de *arte classificatória*, sendo sua tarefa obter exemplos típicos de etapas pelas quais tem caminhado a humanidade no seu avanço até o nosso tempo e sobretudo a nossa sociedade”. No interior dos museus, “essas casas de classificação de objetos expressivos de períodos culturais diferenciados”, era possível aos antropólogos e especialistas “a demonstração empírica da evolução humana na face do planeta”.³⁸

Tratava-se, sem dúvida, de uma forma específica de classificação, já que a teoria da evolução social popularizada entre 1860 e 1890 pressupunha uma analogia biológica, substituindo organismos vivos por grupos sociais.

Em seu uso mais restrito, e da perspectiva darwiniana, o termo implicava a idéia de evolução orgânica, isto é, a interação de um organismo vivo a seu ambiente físico.³⁹ Com Spencer (1866), o

38. Não fazemos com essa afirmação qualquer referência à situação atual dos museus, que pouco tem a ver com o seu contexto de formação.

39. Embora a idéia de evolução tenha raízes na antiguidade clássica, sua hipótese fundamental esteve associada ao nome de Darwin. Assim, em *On the origin of species* (1859), apesar de o próprio Darwin não usar o termo evolução, referindo-se à origem das espécies por meio de seleção natural, algumas máximas do evolucionismo foram assim estabelecidas: diferentes formas de vida tiveram uma ascendência comum, da qual evoluíram gradativamente; os sobreviventes de luta pela existência foram os que melhor se adaptaram à tarefa de obter alimento e de evitar ataques por parte dos rivais. Sobre a evolução na perspectiva darwiniana, vide Gould (1987).

termo se generaliza, já que se estabelecem correlações claras entre os desenvolvimentos constatados na Biologia e os da própria sociedade humana.⁴⁰

Para os primeiros evolucionistas sociais, o foco central de interesse era o desenvolvimento cultural da humanidade como um todo, e não de uma sociedade específica. Com isso, almejavam captar o ritmo de crescimento sociocultural do homem e, através da comparação e das similaridades apresentadas, formular esquemas de ampla aplicabilidade, que explicassem o desenrolar da história humana:

Civilização e progresso, os termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade ocidental, mas enquanto modelos universais: a civilização representava a grande meta a ser alcançada, enquanto o progresso era entendido como único e obrigatório.⁴¹

No entanto, é importante destacar que a idéia de evolução, enquanto paradigma da época, se prestava a utilizações e desdobramentos diversos. Um desses desdobramentos era o tratamento dado por antropólogos culturais, como Morgan (1984) e Tylor (1958), que buscavam aplicar a noção de evolução ao fenômeno da cultura, hierarquizando as culturas a partir da maior simplicidade ou complexidade de suas instituições.

40. É interessante destacar que apesar do impacto das idéias de Darwin, o evolucionismo não pode ser considerado como consequência direta de suas idéias. Já na antiguidade clássica, era o centro de debates por exemplo com Heráclito, assim como no iluminismo, na França, com Turgot e Condorcet. Sobre o conceito de evolução, vide, entre outros, Silva (1986, pp. 443-445). Por outro lado, não há em Darwin e Lamarck qualquer correlação entre evolução e valoração. Coube a Spencer a popularização e associação entre evolução e uma suposta hierarquia cumulativa da humanidade.

41. Segundo alguns antropólogos culturais evolucionistas, como Frazier, Tylor ou McLeman, a cultura ter-se-ia desenvolvido em todas as partes do mundo em estágios sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como obrigatórios e únicos, já que toda a humanidade deveria passar por eles (alguns mais rapidamente, outros mais lentamente), seguiam uma única e determinada direção, que ia do mais simples ao mais complexo e diferenciado.

Outro, no entanto, era o procedimento de cientistas que, tomando como parâmetro a Biologia, teciam considerações e paralelos entre desenvolvimento cultural e racial. Esses "pensadores da raça", com suas normas fundamentadas na Biologia craniométrica e na Frenologia, encontravam no Brasil o solo fértil para a comparação e comprovação de teorias previamente esboçadas.⁴² No caso brasileiro, portanto, a noção de evolução se viu diretamente associada ao problema da raça e suas possíveis implicações.

A questão da raça no Brasil esteve vinculada a uma certa "perspectiva pessimista", no que se refere a nossa situação social. Segundo Cândido (1978, p. 29), existiria um grande esforço que "correspondia a uma posição existencial dramática da intelectualidade brasileira, que num contexto dominado pela obsessão biológica do século, perguntava ansiosamente a quantas ficaria, ele, fruto de um povo misturado, marcado pelo medo da alegada inferioridade racial, que no entanto aceitava como postulado científico. Seria

42. Muito ainda poderia ser dito sobre a teoria da evolução, bem como acerca de seus desdobramentos, seja através do darwinismo social, do evolucionismo cultural, do monismo, ou mesmo das teorias raciais, cujas bases estavam no conceito de evolução. As críticas a esse paradigma foram severas, principalmente se pensarmos nas obras de contestação de F. Boas e sua escola, no início do século XX. A maior parte delas podem ser sintetizadas como segue. 1) Ao isolar as instituições sociais de seu contexto cultural mais amplo de comparação, os evolucionistas atomizaram a realidade, divorciando os fatos daquilo que em caráter definitivo permite compreendê-los. 2) A falta de rigor teórico com que o método comparativo foi utilizado fez com que as conclusões por ele propostas pecassem pela falta de fundamento empírico que as legitimasse. 3) Questionava-se também a falta de rigor dessa escola na determinação da ausência ou presença de determinado traço cultural, o que levava à fetichização dos objetos e a procedimentos considerados, já na época, arbitrários. 4) Suscitou críticas a idéia de que à evolução estaria ligada a noção da inevitabilidade do progresso ou aperfeiçoamento contínuo. Essa concepção deixava transparecer um claro etnocentrismo, já que a hierarquização da sociedade humana em estágios mais ou menos evoluídos não fazia mais do que refletir a "confiança" do homem europeu do século XIX que acreditava ser a sociedade de então a fase final do progresso humano. 5) Por fim, os críticos mais radicais argumentavam que o evolucionismo, apesar da teoria dos estágios, acabava por desconhecer a história, ao transformar toda a humanidade em uma, e os diferentes estágios em réplicas mais ou menos atrasadas da sociedade ocidental. Sobre o tema, ver Kidd (1884); Harris (1968); e Banton (1977).

capaz de produzir com os seus modelos, pertencentes às 'raças superiores'? Poderia disfarçar a realidade e fingir de 'raça superior'?"

De toda forma, através do medo ou da apreensão, ou mesmo devido à necessidade de respostas aos rumos da nação, uma coisa era certa: boa parte da elite intelectual da época consumia desde a produção que se detinha especificamente sobre o caso brasileiro, até teóricos relevantes da época, que poderiam trazer novas "luzes" sobre a nossa perspectiva nacional. Talvez por esse motivo, toda produção específica européia, trabalhando com o paradigma evolucionista e o determinismo biológico, teve aqui no Brasil um público constante e dedicado.

Sobre a polêmica questão da influência da raça no potencial civilizatório de uma nação, as opiniões variavam. Alguns teóricos estrangeiros, por exemplo, não viam com bons olhos nossa "situação racial". É o caso de H. T. Buckle (1821/62) que, em sua *History of the english civilization*, tendo como suposto o determinismo climático, concluía que "com a vegetação abundante não restava lugar ao homem", já que "a mente acovardada por essa luta desigual não era capaz de avançar". Essa é também a posição do conde Arthur de Gobineau, que esteve no Brasil durante 15 meses (1869/70), deixando transparecer uma imagem absolutamente desfavorável. O argumento central era que, malgrado o clima e os recursos naturais, a população estava fadada ao desaparecimento (Readers, 1988). Como esses, outros exemplos poderiam ser citados, como os de Ingenieros ou Agassiz (que esteve no Brasil em 1865, em expedição científica), e se nem todos são consensuais quanto à questão da raça, deixam em seu conjunto uma amostra bastante significativa nesse sentido.

Por outro lado, junto à intelectualidade local da época, a questão não era menos polêmica. Sumariamente citando Sílvio Romero, o "fator raça moldava a nação", o mestiço cumprindo um papel, segundo o autor, essencial para a nação.⁴³ Nina Rodrigues

43. Para Romero (1949, p. 118), "o mestiço é a condição de vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habitá-lo aos rigores de nosso clima".

condenava a miscigenação antes como um erro, já que a hereditariedade constituía-se enquanto fator de transmissão de estímulos.⁴⁴ Euclides da Cunha, discípulo da escola de Nina Rodrigues, também não via com bons olhos a nossa situação racial. Interessado em entender a resistência do homem do sertão, acabou concluindo que o mestiço era antes de tudo um desequilibrado, incapaz de conviver com a civilização.⁴⁵

Os exemplos poderiam envolver desde Tobias Barreto, com a adoção irrestrita aos teóricos alemães, Araripe Júnior com a aceitação e adaptação imediata das idéias de Buckle, passando até mesmo por J. Batista Lacerda, e sua teoria do branqueamento e seleção, até Oliveira Viana em seu apego às idéias de arianização. Em todos, no entanto, características comuns: de um lado, a adesão às idéias e ao paradigma da evolução enquanto um suposto de época. Como as desigualdades e diferenças não eram mais discutidas, a questão era como lidar com elas. Por outro, o problema de como conviver com o paradoxo de uma teoria que, em si e através de sua aceitação incondicional, levava ao próprio descrédito e à aceitação da inviabilidade do país enquanto nação.

Havia na época, portanto, uma espécie de "consciência do atraso", referendado de forma rígida ora por teorias que falavam de nossa má situação climática (e seus condicionamentos sobre a população), ora por teorias que classificavam e denegriam a miscigenação racial existente.

No interior desse contexto, os museus locais buscavam refletir sobre o homem nacional, de maneira talvez mais tranqüila e mesmo camuflada. Ao "domesticar", classificar e hierarquizar a

44. Com relação à posição pessimista emitida por Nina Rodrigues, vide Rodrigues (1945 e 1957). Em *As raças humanas*, o autor chega a propor a elaboração de dois códigos civis - um para os brancos e outro para os negros - ambos adaptados às condições mentais de cada um desses povos.

45. A própria divisão interna de *Os Sertões* já revelava as perspectivas que condicionavam a opinião do autor. Entre a visão determinista geográfica, que caracteriza o capítulo sobre "a terra", e a visão evolucionista e racista, que marca sua análise sobre "o homem", Euclides da Cunha oscila, ora condenando o sertanejo, ora considerando-o um forte.

“matéria-prima” local, a partir da flora e da fauna até chegar à espécie humana, esses estabelecimentos abriram novas portas de entrada à questão racial.

Definidos e pensados enquanto “locais de ciências”, os museus ofereciam respostas a procedimentos considerados científicos, em contrapartida a outro tipo de produção que, lidando com o problema da raça, partia de métodos diversos. Se o tema perpassa outros debates – como a área legislativa⁴⁶ – e espaços – como a literatura⁴⁷ –, também através dos museus é possível perceber a penetração desse tipo de questão. Assim, se em boa parte essas três instituições visavam um debate exterior e restrito, é a partir da questão racial que essa produção “vaza”, encontrando respaldo no interior do panorama intelectual local.

Esse é o caso, por exemplo, da velha controvérsia surgida ainda no século dos descobrimentos acerca do “homem americano”. Tema caro aos museus da época que se interessavam por indagar acerca do “elo perdido”, talvez presente aqui na América. Longe do *bon sauvage* de Rousseau, o que se procurava então era uma população decaída. Eram essas “populações asselvajadas” (mais do que selvagens) que alguns viajantes vinham buscar, ou que Ihering e João Batista Lacerda tratavam de analisar.⁴⁸

46. Referimo-nos aqui, por exemplo, às Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo que compartilhando das idéias de evolução partiram de autores e metodologias diversas. Em São Paulo e na região Sul, foi o positivismo de A. Comte que teve particular influência, em Recife (e no NE), a maior influência foi do monismo evolucionista de Haeckel, para quem as diferenças raciais eram consideradas fundamentais, estando as raças inferiores mais próximas da criação animal.

47. A literatura realista e, em especial, sua crítica ao romantismo acabam também por tornar-se cada vez mais permeáveis ao pensamento europeu da época. Segundo Bosi (1972, p. 19) “enquanto o escritor romântico eleva às alturas a beleza, o naturalista julga “interessante o patológico porque prova a dependência do homem em relação a fatalidades das leis naturais”. Os exemplos desse tipo de adesão são muitos. Podemos citar desde *A esfinge* (de Afrânio Peixoto) até as obras de Adolfo Caminha, Júlio Ribeiro ou Aluísio de Azevedo. O livro talvez mais revelador é *O Chromo*, de Horácio de Carvalho (1988), onde o autor concebe seus dois personagens principais tendo como fio condutor premissas deterministas da época.

48. Vários “enigmas” pareciam tomar parte do pensamento científico de finais do século. Com relação ao perti¹ específico dos cientistas estudados, algumas ques-

Apesar do espaço restrito que cabia à Antropologia no interior da divisão temática dos museus, foi a partir dela que se enriqueceu esse tipo de discussão.

Tratava-se de um novo “redescobrimto da América”, que aliava agora conceitos como os de raça e nação. Falar em evolucionismo no Brasil e na sua derivação em termos de teorias raciais, não significou a tradução de uma teoria ou seu deslocamento de forma inerte. Tratou-se, na realidade, de um trabalho de reordenamento e remontagem, pensando em como lidar com noções que se, por um lado, denegriam nossa imagem enquanto nação, por outro ofereciam legitimidade, agora científica, a setores dominantes brancos em busca de um sentido para essa “jovem república”, em seus primeiros momentos, tão carente de direção. Abria-se, segundo José Murilo de Carvalho, “ao lado do governo, o caminho para um autoritarismo ilustrado, baseado na competência real ou presumida dos técnicos”.⁴⁹

Cumprе ressaltar ainda, ao mesmo tempo em que começam a entrar em declínio na Europa, as teorias raciais chegam aqui no Brasil ao seu momento de apogeu. Segundo Ortiz, o que se dá então é menos a cópia da última moda, mas a elaboração vinculada às especificidades locais. “A questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, refletindo inclusive os impasses da construção de um Estado Nacional ainda não consolidado” (Ortiz, 1985, p. 30).

No interior do caos político que se instaura nos primórdios da República, algumas respostas dos museus pareciam estar vinculadas a esse debate. Ajudando a delimitar o atraso e reafirmando

tões se delineavam de forma insistente. Uma era indagar acerca da questão do “elo perdido”, ou seja, buscar através da comparação estabelecer pontes ou esquemas evolutivos que marcassem a passagem do homem primitivo (por exemplo, australiano, sobre quem incidia boa parte das pesquisas da época) ao homem civilizado europeu. Outra fonte de interesse era o “homem americano”. Parecia ser necessário delimitar, com precisão, o grau de civilização dessa população, a fim inclusive de melhor situá-la no interior dessa corrente única de etapas evolutivas.

49. Muito poderia ser dito sobre a República em seus primeiros anos. No entanto o que gostaríamos de destacar é o caráter conservador das elites que assumem a direção da nação, em sua associação com o café e a exportação. Vide, entre outros, Carvalho. J. M. (1987. p. 35).

a inferioridade da miscigenação, acabaram por encampar, de forma específica, o debate da intelectualidade da época interessada em dar novos rumos a essa jovem nação.

A DECADÊNCIA DE UM CERTO PROJETO

A chegada dos anos 20 marca o final dessa “era dos museus” nacionais. Se não se pode falar em “colapso institucional”, pode-se dizer que os estabelecimentos locais perderam o seu “modelo enciclopédico”, mudando seus projetos grandiosos e transformando-se, mais claramente, em museus exclusivamente dedicados às Ciências Naturais.

Vários são os fatores que podem ter condicionado essa guinada. Em primeiro lugar, rapidamente se revelou a fragilidade das instituições e sua dependência a seus diretores. Os percursos são semelhantes: por conta do decreto de 1890, que exigia dedicação exclusiva, o M.N. perdeu vários de seus cientistas, como O. Derby, Schwacke e o próprio Batista Lacerda, que acaba optando por ficar na direção do laboratório de Fisiologia (1915). Índice de desestruturação desse modelo inicial é o espaçamento a que se viu sujeita sua revista, assim como o caráter cada vez mais científico desvinculado de um debate mais amplo e local. Lacerda, desapontado com o novo ambiente, desabafa: “*Os homens de sciencia*, afastados do tumulto da política, só querem agora para trabalhar que se lhes dê paz e socego” (*Archivos do M.N.*, 11).

O M.P., com o seu nome estritamente associado à figura de seu diretor, passa com a sua saída em 1916 por um processo de profunda reestruturação. Sob a direção de d'Escragolle Taunay, o museu continuará como importante centro de pesquisas em história natural, e em particular zoologia, mas perderá em sua perspectiva mais globalizante. A partir de Taunay, buscar-se-á apagar “as dissonâncias que foram próprias dos momentos de apogeu do M.P.”, e do pedantismo de seu antigo diretor. “Outroa separados por uma questão oriundas de rancores pessoais e nascidos infelizmente no Ypiranga, alheios se mantiveram durante anos o M.N. e o *Pau-lista*, quando tudo aconselhava a naturalidade ou pelo menos cor-

dialidade” (*Revista do M.P.*, 10, p. 8). Com o fim do prestígio, parecia não haver mais motivos para uma disputa acirrada, vinculada a questões de predomínio e liderança. É inclusive com um tom de humildade que a nova direção relata a situação do M.P., afirmando que lá “há o que se fazer e se procura trabalhar coleções algumas preciosas, algumas modestas, outras ainda incipientes” (*Archivos do M.N.*, 17 – discurso proferido por ocasião do centenário do M.P.).

O M.P.G., marcado pela crise da borracha na região, e pela saída de Goeldi, começa um declínio bastante sensível. Com as direções de Jacques Huber e da Dra. Emília Sneathlage, ambos colaboradores de Goeldi, o museu ainda se mantém tendo em vista a participação de cientistas estrangeiros, como A. Ducke, Humann Maccwath e G. Hargmann. Após essa fase, inicia-se um período de longo declínio e silêncio em sua revista, só interrompido com a publicação do *Nono Boletim* e mais tarde, já em 1949, com o lançamento do décimo, rico em artigos de zoologia, mas com matérias de autoria estranha à instituição, a qual, naquele momento, encontrava-se praticamente destituída de corpo técnico.

Por outro lado, o declínio dessas instituições poderia estar vinculado também a uma perspectiva mais nacional. Ou seja, segundo Schwartzman, vivia-se o momento do sucesso da ciência aplicada – como a que se fazia, por exemplo, em institutos como o Agrônomo de Campinas e o de Manguinhos.⁵⁰ Ou seja, nesse período buscava-se de maneira mais direta uma educação técnica e de aplicação prática, quer na área de saneamento público, quer nas questões de incentivo à agricultura. “Na experiência da educação técnica, nos sucessos alcançados na cultura de saúde pública por alguns feitos expressivos na área da agricultura e pecuária, a ciência aplicada brasileira parece ter atingido seu auge nas primeiras décadas do século” (Schwartzman, 1979, p. 143). Num momento

50. Outros institutos elaboram cada vez mais pesquisas de caráter claramente aplicado. É o caso das pesquisas sobre “pragas nos cafezais”, empreendidas com sucesso no Instituto Agrônomo de Campinas, ou dos trabalhos sobre a febre amarela realizados no Instituto Manguinhos (Carmo, s.d.; e Stepan, 1981). É o caso também do M.P.G., que volta a se fortalecer posteriormente.

em que a imagem do cientista se vinculava à representação do "homem que tudo resolve e por isso merece apoio", parecia haver pouco espaço para o tipo de produção advinda dos museus.

Espaço de debate que privilegiava o contato com o exterior, naquele momento essas instituições revelavam antes sua produção tacanha, sua pequena possibilidade de formação de quadros e a difícil aplicabilidade imediata. No interior desse contexto, os museus sofrem também a perda de seu "mecenas" por excelência. Ou seja, com o afastamento de d. Pedro II, conhecido cultor dessa perspectiva "ilustrada" de incentivo às ciências, principalmente o M.N. perde o seu mais antigo e grande protetor.⁵¹

A despeito da controversa participação do Imperador, os museus na década de 20 acumulavam razões que indicavam seu declínio. Nas palavras de Lacerda: "faltavam recursos, faltava formação técnica experimental, faltava vocação empírica dos jovens, e sobrava avareza da parte do governo que 'remunerava' mal os trabalhos em ciências, reduzindo o cientista a uma condição pior da que um caixeiro viajante de segunda categoria" (Lacerda, 1914, p. 73).

A chegada dos anos 20 marcará o fim da "era dos museus" enquanto fenômeno mundial, a partir da crítica radical ao paradigma de evolução que, até o momento, dava sustentação a esse tipo de instituição. As críticas foram severas, principalmente se pensarmos nas obras elaboradas pela escola culturalista de Franz Boas, que basicamente se articula através dos questionamentos ao conceito de evolução.

A decadência dos museus nos remete, portanto, não só a outro contexto institucional, mas também à crítica teórica a um paradigma até então bastante consensual: o evolucionismo positivista em sua vertente racial.⁵²

51. Segundo Readers (1888), o papel de D. Pedro II, longe de ser decorativo, foi o de um verdadeiro "mecenas das ciências", com seu interesse e apoio financeiro. É claro que poderíamos nuançar tal afirmação, verificando o caráter pouco sistemático do interesse do Imperador, mas tal análise extrapolaria os nossos interesses imediatos.

52. É relevante destacar que, após a crítica, restou o obscurecimento que pesa em torno do paradigma evolucionista. Ora considerado um tipo de produção menor, ora anulado em função de uma crítica tenaz, essa teoria tem restado, ao menos na história das ciências, como um tipo de "pré-ciência". Faz-se nesse sentido, uma

Embora seja simplista demais afirmar que a derrocada exterior de um paradigma teórico implica a decadência imediata de instituições nacionais, o fato toma outro relevo quando inserido em um panorama local. A "queda" do modelo original, associada a uma perspectiva científica pragmática, implicou senão o final material das instituições, ao menos uma redefinição de seus projetos e perspectivas iniciais.

O M.P.G., depois de perder boa parte de seu grupo técnico, é incorporado ao Instituto de Pesquisas da Amazônia. O M.P., por seu lado, vê sua seção de biologia ser transferida em 1927 para o recém-criado Instituto Biológico e finalmente integrado à USP, como instituição complementar, em 1935. A seção de zoologia é transformada, em 1939, em Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura do Estado, passando mais recentemente a se chamar Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. De certo modo, as perspectivas do M.N. são semelhantes. Ao perder boa parte de seu corpo técnico original, padeceu com a falta de recursos e de pessoal capacitado.⁵³

O novo momento impunha aos museus a dura condição de desmembramento e perda da autonomia, com a concomitante vinculação a outros institutos e, no caso paulista, à recém-criada universidade.

Os impasses gerados pelo novo momento implicaram, segundo Schwartzman, a busca de duas alternativas: uma mais institucional, e outra que priorizava um projeto de universidade. A primeira significava dar continuidade às linhas de trabalho que já

espécie de tábua rasa dessa produção do século XIX, como se não passasse de uma coleção de homogeneidade que só serviriam a um futuro debate. Seria importante, a despeito da correção das críticas que recaíram sobre o paradigma, restituí-lo erg sua lógica interna, distinguindo o paradigma de seus desdobramentos e mesmo de sua aplicação pragmática e política.

53. Sobre o futuro desenvolvimento do M.N., revistas e documentos parecem mostrar uma posterior vinculação à questão do patrimônio histórico nacional. O Instituto carioca parece ser o próprio "camaleão", no sentido de adaptar-se a diferentes contextos e perspectivas teóricas. No entanto, o desenvolvimento dessas questões implica outro tipo de análise e aprofundamentos, o que extrapolaria os limites temáticos e temporais deste trabalho.

contassem com um mínimo de crítica e reconhecimento, através de arranjos institucionais capazes de proteger os centros de pesquisas do ambiente desfavorável mais amplo, a partir de recursos financeiros particulares. "O outro caminho era insistir nos projetos de criação de um novo tipo de universidade. Aqui, o fracasso do Rio de Janeiro precisava ser contrastado com o sucesso de São Paulo, invertendo a liderança cultural e científica que a capital do país gozava até então" (Schwartzman, 1979a, p. 190).⁵⁴

Considerados como locais de uma "pré-ciência", restará aos museus nacionais o espaço delimitado de uma produção voltada exclusivamente às Ciências Naturais, cabendo em contrapartida às universidades a representação de um projeto enciclopédico e globalizante.⁵⁵

54. A questão do predomínio da universidade paulista em oposição ao declínio da carioca, mereceria atenção maior, o que excederia aos objetivos deste trabalho, que se detém nos anos 30. É importante destacar a existência de trabalhos que vêm criticando a idéia da existência de um projeto claro e bem-sucedido desde as origens da universidade paulista. Vide, nesse sentido, Limongi (1988a).

55. Local privilegiado da classificação evolutiva e cujos pressupostos se pautam nas Ciências Naturais, os museus etnológicos brasileiros cumpriram, sem dúvida, papel relevante na "pré-história" do pensamento científico brasileiro. Resta garantir que o espaço da crítica a um paradigma não nos leve à "desconsideração de qualquer produção anterior". Wanderley Guilherme dos Santos tece considerações relevantes nesse sentido, ao questionar a periodização tradicional, que estabelece a institucionalização das atividades científicas sociais como o divisor de águas entre um período dito "pré-científico e um período científico". Segundo o autor, esse tipo de historiografia ordenaria o passado em função do presente, estando portanto "desarmada para entender as exatas articulações do desenvolvimento intelectual" (Santos, 1978, pp. 26-27).

CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Sergio Miceli

Entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estreitamente associado, de um lado, ao impulso alcançado pela organização universitária e, de outro, à concessão de recursos governamentais para a montagem de centros de debate e investigação que não estavam sujeitos à chancela do ensino superior. Esses dois padrões de consolidação institucional acabaram subsistindo até hoje porque atendem a demandas diferenciadas de grupos sociais emergentes e aos projetos formulados ou encampados pelos setores políticos dirigentes.

Os projetos de reforma e expansão do ensino superior condicionaram o espaço concedido à pesquisa acadêmica em ciências sociais ao desempenho de encargos docentes no contexto de uma política mais ampla de profissionalização cujos primeiros frutos foram os professores secundários. Os *think tanks* no período em questão tiveram seus momentos de ascensão, apogeu e declínio, definidos de perto pelo cacife e interesses das lideranças governamentais que os protegiam das vicissitudes da conjuntura política. De qualquer maneira, não houve qualquer iniciativa institucional